

**CONTRIBUTOS METODOLÓGICOS PARA A
REGENERAÇÃO URBANA
DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS**

CASO DO BAIRRO LIBERDADE NA
CIDADE DE INHAMBANE, MOÇAMBIQUE

José Marílio Macitela

**Dissertação de Mestrado em Ordenamento do
Território e Sistemas de Informação Geográfica**

Orientadora: Professora Doutora Margarida Pereira, Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Junho, 2021

Dedicatória

Aos meus pais,
Josefa Eli e Mauricio Macitela

Agradecimentos

Expresso o meu agradecimento a todos os que contribuíram para a realização desta dissertação.

A minha Orientadora, Professora Doutora Margarida Pereira, por ter despertado em mim o interesse pelo tema, e pelo tempo e atenção dispensada, durante todo o período da realização deste trabalho.

Aos meus pais pelo apoio em todo meu percurso académico e para realização deste trabalho.

A minha parceira, Nilza e aos nossos “bebés” Hayane e Jaden, têm sido fonte de inspiração, reconforto e motivação.

Ao meu amigo Armando Zavala, pelos debates e conselhos valiosos que em muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos Professores da UNL e aos colegas do curso, foi uma experiência única e construtiva.

As pessoas e instituições que apoiaram na obtenção dos dados que permitiram o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a contribuir para o desenvolvimento de Metodologias de Ordenamento Territorial para intervenções em Assentamentos Informais em Moçambique. A pesquisa neste tema tem pertinência para o contexto atual do processo de urbanização de Moçambique, cujas cidades observam acelerado crescimento demográfico, e sobretudo da área por elas ocupada. A transformação urbana tem sido marcada pela continua extensão de áreas suburbanas de ocupação espontânea, não ordenadas e dispersas, com défice de infraestruturas, serviços básicos, exclusão social e outras deficiências e vulnerabilidades que excluem estas áreas dos benefícios da aglomeração urbana. Desta pesquisa resulta uma proposta de Metodologia para Regeneração Urbana do Bairro Liberdade-Cidade de Inhambane, propondo intervenções integradas, articuladas, participativas e envolvendo vários parceiros e instituições, nos domínios urbanístico-ambiental, socioeconómico e institucional. A metodologia privilegia a execução de ações coordenadas de curto (prioritárias) e médio prazo. Para exemplificar a operacionalização da metodologia, são propostas intervenções em duas Unidades Operativas (UO), ou subdivisões da área do bairro: a primeira numa área residencial de ocupação espontânea, e a segunda em uma área de mangal em degradação. Na primeira UO são propostas ações sobre a malha urbana e a rede viária, para melhorar a mobilidade e favorecer a instalação de infraestruturas e a longo prazo intensificar o uso do solo e melhorar as condições da habitação e do edificado; na segunda UO propõe-se restaurar o ecossistema do mangal, deslocalizar as famílias em áreas de risco e melhorar as qualidades paisagísticas da área para favorecer usos recreativos e outros compatíveis com a conservação e sustentabilidade ambiental, e sua integração na paisagem urbana.

Palavras-chave: Regeneração Urbana, Assentamentos Informais, Metodologia, Inhambane, Moçambique

ABSTRACT

This dissertation proposes to contribute to the development of Territorial Planning Methodologies for interventions in Informal Settlements in Mozambique. Research on this topic is pertinent to the current context of the urbanization process in Mozambique, whose cities are experiencing accelerated demographic growth, and of the area they occupy. Urban transformation has been marked by the continued extension of suburban areas due to spontaneous, unordered, and dispersed occupations, with a shortage in infrastructure, basic services, social exclusion and other deficiencies and vulnerabilities that exclude these areas from the benefits of urban agglomeration. This research results in a proposal for a Methodology for Urban Regeneration of Bairro Liberdade – Inhambane City, proposing integrated, articulated, participatory interventions and involving several partners and institutions, in the urban-environmental, socio-economic, and institutional domains. The methodology favors the execution of short (priority) and medium term coordinated actions. To exemplify the operationalization of the methodology, interventions are proposed in two zones of Bairro Liberdade: the first in a residential area of spontaneous occupation, and the second in a degraded mangrove area. In the first, actions are proposed on the urban fabric and the road network, to improve mobility and provide infrastructures and, in the long run, intensify land use and improve housing and building conditions; in the second, it proposes to restore the mangrove ecosystem, relocate families from flood risk areas and improve the landscape qualities to further recreational and other uses, compatible with conservation and environmental sustainability, and their integration into the urban landscape.

Keywords: Urban Regeneration, Informal Settlements, Methodology, Inhambane, Mozambique

ÍNDICE

RESUMO.....	IV
ABSTRACT.....	V
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....	9
1.1. Nota Introdutória.....	9
1.2. Problematização.....	11
1.3. Justificativa.....	13
1.4. Objetivos.....	13
1.5. Estrutura da Dissertação.....	14
CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	15
2.1. Tipos de Intervenção de (Re)desenvolvimento Urbano.....	15
2.1.1. Renovação Urbana e Reabilitação Urbana.....	15
2.1.2. Requalificação e Regeneração Urbana.....	17
2.2. Regeneração Urbana.....	18
2.2.1. Conceito.....	18
2.2.2. Características das Intervenções.....	20
2.2.3. Princípios.....	22
CAPÍTULO 3 – REGENERAÇÃO URBANA NO CONTEXTO DE MOÇAMBIQUE.....	27
3.1. Processo de Urbanização.....	27
3.2. Sistema de Ordenamento Territorial.....	31
3.3. Acesso à Terra.....	33
3.4. Municípios e Planeamento Urbano.....	35
3.5. Regeneração de Assentamentos Informais.....	37
CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	41
4.1. Métodos e Fontes de Informação.....	41
4.1.1. Pesquisa Bibliográfica.....	41
4.1.2. Entrevista.....	42
4.1.3. Diário de Campo.....	43
4.2. Razões da escolha da Área de Estudo.....	44
CAPÍTULO 5 – PROPOSTA DE METODOLOGIA DE REGENERAÇÃO URBANA DO BAIRRO LIBERDADE.....	45
5.1. Breve Caracterização da Área a Regenerar.....	45
5.2. Pressupostos da Metodologia de Intervenção.....	47
5.3. Estrutura da Metodologia.....	48
5.4. Realização de Estudos e Planos.....	50

5.4.1.	Conhecimento (análises e diagnóstico)	50
5.4.2.	Propositiva	53
5.5.	Intervenções Urbanísticas Prioritárias	55
5.5.1.	Identificação de problemas e oportunidades	55
5.5.2.	Projeto de Intervenções prioritárias	56
5.5.3.	Execução de Obras	58
5.6.	Implementação do Programa de Regeneração Urbana	59
5.6.1.	Gestão	59
5.6.2.	Monitorização e avaliação	61
CAPÍTULO 6 – BAIRRO LIBERDADE – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS		62
6.1.	Diagnóstico Sintético	62
6.1.1.	Enquadramento territorial na cidade	62
6.1.2.	Enquadramento do bairro no Plano de Urbanização de 1967	64
6.1.3.	Enquadramento no Plano de Estrutura da Urbana de Inhambane (PEUI, 2013).....	64
6.1.4.	Aspetos geomorfológicos e topográficos	67
6.1.5.	Clima e Vegetação	67
6.1.6.	Infraestruturas.....	69
6.1.7.	Equipamentos e serviços públicos.....	74
CAPÍTULO 7 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA PRIORITÁRIA		79
7.1.	Identificação de Problemas e Oportunidades	79
7.2.	Projeto de Intervenções Prioritárias	81
7.3.	Execução de Intervenções Prioritárias	82
7.3.1.	Proposta de intervenção na área residencial – UO - 1	83
7.3.2.	Proposta de intervenção na área do Mangal – UO - 2.....	89
CONCLUSÕES		94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		96

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia Satélite da cidade de Inhambane com destaque do Bairro Liberdade	12
Figura 2: Estrutura da Metodologia de Regeneração Urbana proposta.....	49
Figura 3: Identificação dos problemas com participação da comunidade.....	56
Figura 4: Exemplo de ação comunitária de reperfilamento das ruas (Bairro Chamaculo C, Maputo)	58
Figura 5: Exemplo de obras prioritárias executadas (Bairro Chamaculo C, Maputo)	59
Figura 6: Enquadramento territorial da cidade de Inhambane e bairro Liberdade	62
Figura 7: Planta de ordenamento da cidade 1967	64
Figura 8: Planta de ordenamento proposto pelo PEUI	66
Figura 9: Planta de situação à data da elaboração do PEUI	66
Figura 10: Mangais.....	68
Figura 11: Fruteiras	69
Figura 12: Abastecimento de água	69
Figura 13: Elementos da Rede de Eletricidade	70
Figura 14: Perfil das Ruas	72
Figura 15: Ruas Primárias e Secundárias	73
Figura 16: Localização dos equipamentos de Educação.....	74
Figura 17: Equipamentos de Educação.....	75
Figura 18: Localização das instalações sanitárias.....	75
Figura 19: Áreas de Lazer	76
Figura 20: Mercados.....	77
Figura 21: Resíduos sólidos depositados em mangais.....	77
Figura 22: Pontos de Recolha de resíduos sólidos.....	78
Figura 23: Localização UO – 1	83
Figura 24: Acessibilidade aos Lotes na UO-1.....	84
Figura 25: Tipos de materiais de construção UO-1	84
Figura 26: Planta da situação proposta UO-1(Novo traçado das ruas)	85
Figura 27: Grupos de Negociação UO-1 (programa de Regeneração Urbana).....	87
Figura 28: Urbanização completa UO-1 (Objetivo a médio prazo do programa de Regeneração).....	88
Figura 29: Localização da UO-2	89
Figura 30: Situação atual UO-2	90
Figura 31: Proposta de intervenção prioritária na UO - 2	92

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Principais domínios das abordagens de Regeneração Urbana	18
Tabela 2: Princípios que devem apoiar o programa de regeneração urbana	23
Tabela 3: Algumas intervenções em assentamentos informais realizadas desde a criação dos municípios (1998 – 2020)	30
Tabela 4: Caracterização dos instrumentos de ordenamento territorial.....	32
Tabela 5: Pessoas entrevistadas.....	43
Tabela 6: Evolução da população da cidade de Inhambane (1997-2017) e projeção para 2027	63
Tabela 7: Síntese dos problemas e potencialidades do Bairro Liberdade	79

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1. Nota Introdutória

O rápido e intenso crescimento demográfico dos espaços urbanos na África não tem sido acompanhado por um desenvolvimento urbano equivalente, o que tem alterado profundamente o meio ambiente e a estrutura socioeconómica urbana, suburbana, periurbana e mesmo a rural. Em muitos casos, é agravado com a ocorrência de movimentos migratórios de conjuntura, como aqueles provocados por instabilidade político-militar e por calamidades naturais.

Em Moçambique, a população urbana atingiu em 2017 uma taxa relativamente alta em comparação aos demais países da África Subsaariana, alcançando 36% do total populacional (INE, 2017). As projeções das Nações Unidas indicam que esta taxa deve alcançar 60% e concentrar pelo menos 17 milhões de habitantes em áreas urbanas do país em 2030 (UN, 2016). Outras estimativas preveem que para 2025 esta taxa atinja 50,1% do total, ou seja, a cada dois moçambicanos, um deverá morar em cidades do país.

Um dos grandes desafios do país é a capacidade de planeamento e gestão do solo urbano. Em quase todas as cidades o crescimento urbano é expansivo e não ordenado, com novas construções dispersas, ocupando a periferia da cidade e sistematicamente invadindo as áreas agrícolas.

A excessiva expansão urbana tem resultado na ocupação de áreas periurbanas e no alastramento de subúrbios com condições ambientais deterioradas, mobilidade ineficiente, exclusão social e segmentação urbana.

Segundo Anjo (2009), estas ocupações resultam em modelos urbanos dispersos, fragmentados, e acarretam:

- O abandono das áreas urbanas existentes, levando ao desperdício económico e causando más condições de vida, espaços degradados, insalubridade e marginalidade;
- A dependência automóvel, gerando aumento do consumo de combustíveis fósseis e libertação de gases poluentes;
- O aumento dos níveis de pressão sobre o uso do solo e recursos naturais, afetando consequentemente o meio ambiente e o equilíbrio ecológico;
- O aumento das assimetrias e exclusão social, associado a custos elevados de provimento de infraestruturas e serviços sociais nas áreas urbanas periféricas.

As cidades de crescimento rápido enfrentam enormes desafios de financiamento das infraestruturas e serviços urbanos. Como as áreas urbanas expandem-se mais rápido que a capacidade de financiamento das suas necessidades de infraestruturas e serviços, os governos locais enfrentam pressões crescentes para resolver os défices urbanos existentes nas áreas carenciadas e ainda mais para criarem as redes primárias para as futuras áreas a ocupar.

Os modelos de urbanização das cidades moçambicanas, marcados pelo crescimento horizontal e disperso, têm prejudicado a possibilidade da geração de economias de aglomeração para a provisão de serviços básicos (Macucule, 2015). O problema é que a falta de uma economia de aglomeração urbana torna mais difícil e caro prover serviços básicos, porque essas áreas ficam para além dos limites da rede infraestrutural urbana e da provisão de serviços, e atravessam áreas de densidade muito baixa. Em vez de ter de fazer face a custos marginais, as necessidades de investimento têm de considerar custos mais elevados de expansão estrutural, partilhados por menos utilizadores, para que se possa prestar serviços a agregados familiares localizados em áreas mais afastadas.

Ao contrário, a urbanização mais concentrada e com intensidade do uso do solo poderá melhorar substancialmente as vidas de milhões que vivem nestes subúrbios informais, melhorando a oferta de serviços a custos mais acessíveis.

Em uma situação onde cerca de 70% do território ocupado pelas cidades é de assentamentos informais (Mazembe, 2016), as cidades têm o desafio de rever as formas de planeamento urbano e adotar medidas dentro das suas capacidades para enfrentar o problema antes que se torne particamente irreversível.

Uma das formas de enfrentar o problema da expansão das cidades são os programas de regeneração urbana, isto é, ações de (re)desenvolvimento de áreas urbanas já ocupadas, visando melhorar a sua qualidade urbanística. Os programas de regeneração urbana consistem em intervenções multidimensionais, orquestrando um conjunto de ações coerentes e de forma programada, destinadas a potenciar os valores económicos, ambientais e funcionais de determinada área urbana, com a finalidade de elevar substancialmente a qualidade de vida das populações residentes (Mendes, 2013). No caso particular de áreas urbanas de ocupação espontânea e dispersa, a regeneração contribui para dar resposta a demandas sociais, reordenar a estrutura urbana e intensificar o uso do solo.

O presente estudo pretende analisar a situação urbanística e propor uma metodologia de Regeneração Urbana de uma área de ocupação espontânea da Cidade de Inhambane, o Bairro Liberdade.

1.2. Problematização

Moçambique não possui políticas nem estratégias de desenvolvimento urbano específicas, para assegurar a gestão e o controlo do processo de crescimento urbano. Os programas e os projetos que decorrem em prol do desenvolvimento urbano são fruto de iniciativas isoladas de agências internacionais de cooperação ou de desenvolvimento. A continuidade e a sustentabilidade destas intervenções nem sempre está garantida (Mazembe, 2016). A urbanização acontece sem o concomitante desenvolvimento económico e sem um planeamento urbano sistemático, o que leva à pobreza urbana e à expansão física caótica das cidades. Os centros urbanos estão a expandir-se sem um planeamento adequado (Macucule, 2015), restringindo a possibilidade de geração de economias de escala, agravando os custos dos investimentos em infraestruturas, serviços cuja viabilidade está associada a densidades dos usos urbanos.

Durante muito tempo, técnicos, políticos e outros intervenientes, viam nos planos de expansão urbana a solução para os problemas de habitação para jovens e para reduzir a insalubridade nos bairros suburbanos, o que contribuiu para a afetação de extensas áreas, com baixa densidade, e o aparecimento de problemas de ineficiência urbana daí decorrentes.

Moçambique aprovou, em 2007, a primeira legislação sobre a gestão do território, e em 2011 a estratégia de melhoramento dos assentamentos informais, que segue uma abordagem integrada de intervenção, incluindo processos de empoderamento e a participação da população, mas a sua implementação não está a acontecer de forma eficaz. Olhando particularmente a situação em que se encontra a Cidade de Inhambane, os bairros informais mantêm-se com precárias condições urbanísticas e continuam se alastrando pela periferia da cidade.

O planeamento urbano em Moçambique tem estado direcionado para a elaboração de instrumentos de carácter estratégico, nomeadamente planos de estrutura urbana e planos gerais de urbanização, onde são previstas intervenções ambiciosas de longo prazo. A sua implementação é improvável, pois a capacidade financeira e institucional para realizar transformações de grande escala é deficiente.

Aliás, o próprio Município de Inhambane aprovou, em 2013, o Plano de Estrutura Urbana (PEUI), contudo não têm sido elaborados e implementados planos de detalhe (pormenor) que respondam às necessidades mais urgentes da cidade e dos seus moradores e concretizem as diretivas do PEUI (2013). A disciplina espacial estabelecida pelo PEUI (2013) é constantemente transgredida, a ocupação e transformação do solo acontece de forma espontânea e dispersa. Como ilustra a Figura 1, podem ver

se ocupações não ordenadas, ruas estreitas, invasão de áreas ambientais sensíveis, nomeadamente o mangal.

Figura 1: Fotografia Satélite da cidade de Inhambane com destaque do Bairro Liberdade



Fonte: Google Earth (2020), Fotografias – Autor (2020)

O bairro Liberdade, ilustrado na Figura 1, é dos mais antigos assentamentos informais da cidade. Nos últimos anos as construções, que outrora eram de materiais precários, têm estado a ser substituídas por construções em materiais duradouros, sem que seja observado um plano urbanístico. As condições de salubridade, acessibilidade, provisão de serviços e redes de infraestruturas são precárias.

O processo de consolidação do bairro tem estado a acelerar nos últimos anos, o sistema territorial torna-se mais complexo, novos desafios e novas oportunidades são geradas. Famílias com rendas baixas têm estado a ceder parte ou a totalidade de seus lotes para novas construções convencionais, induzindo processos de gentrificação, *“o tecido edificado é requalificado e a população residente tem estado a ser substituída por uma população de classe social mais alta”* (Trigal, 2015 p263,264). É necessário e urgente que sejam tomadas medidas para potenciar um desenvolvimento urbano satisfatório. Se não são tomadas ações no presente, os custos de intervenção corretiva num futuro não distante, serão elevados, e a complexidade das intervenções será ainda maior.

1.3. Justificativa

A área urbana do município de Inhambane está a expandir rapidamente, e também cresce a sua população. Para harmonizar este crescimento e assegurar um desenvolvimento urbano é necessário encontrar metodologias inovadoras de planeamento urbano, que possam por um lado travar a expansão e por outro consolidar as áreas já ocupadas. Por esta razão, suscita interesse, quer do ponto de vista científico, quer técnico, em propor uma metodologia a ser adotada para a elaboração e implementação de programas de Regeneração Urbana, que objetivam consolidar e intensificar o uso do solo e melhorar as condições urbanísticas das áreas de ocupação espontânea.

As intervenções de regeneração urbana poderão desempenhar um papel crucial, por um lado para mitigar os problemas da precariedade urbanística como para potenciar o aproveitamento das oportunidades geradas pelo processo de transformação e consolidação do bairro Liberdade, e assegurar melhores condições de vida aos seus moradores. Como afirma Robert et al. (2017), nestas circunstâncias a Regeneração Urbana vai para além de um ato reativo em função a um problema, torna-se proactiva e procura evitar um problema emergente, e contribui para melhorar as perspetivas de desenvolvimento da área urbana em estudo.

Assim, o estudo poderá contribuir para a redução da expansão urbana, incentivando intervenções através de metodologias de regeneração e densificação de áreas já ocupadas, o que poderá trazer benefícios a áreas urbanas vulneráveis, como a provisão de habitação social, melhoria da acessibilidade, valorização da paisagem, fortalecimento económico, melhoramento das condições ambientais entre outros aspetos.

Igualmente, a pesquisa irá reforçar a consciência técnica e institucional da necessidade de “abandonar” as práticas de planeamento urbano expansionista, para uma visão de desenvolvimento e intensificação do uso das áreas urbanas já ocupadas.

1.4. Objetivos

Objetivo Geral

Contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem de planeamento urbano adequada a cidades com forte presença de assentamentos informais desordenados e crescimento urbano expansivo.

Objetivos Específicos

- i. Discutir o conceito de regeneração urbana e a sua abordagem em assentamentos informais;
- ii. Analisar a gestão urbana em Moçambique, com particular enfoque nas ações de prevenção e melhoramento dos assentamentos informais;
- iii. Elaborar uma proposta de metodologia para intervenção de regeneração urbana do bairro Liberdade, que considera as capacidades técnicas e recursos materiais existentes, assim como a realidade urbanística-ambiental e socioeconómica da área a intervir;
- iv. Caracterizar a ocupação do bairro Liberdade e propor ações prioritárias.

O caso de estudo é o assentamento informal do bairro Liberdade, na cidade de Inhambane em Moçambique.

1.5. Estrutura da Dissertação

No primeiro capítulo – INTRODUÇÃO – é feito o enquadramento do problema, a justificativa da relevância do estudo, a explicitação dos objetivos que se pretendem alcançar e a apresentação da estrutura da dissertação.

No segundo capítulo – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL – é discutido o conceito da regeneração urbana, os princípios que orientam as intervenções e o seu enquadramento no contexto do caso de estudo, assim como a distinção deste conceito com outras formas de (re)desenvolvimento urbano.

No terceiro capítulo – REGENERAÇÃO URBANA NO CONTEXTO DE MOÇAMBIQUE – é feita uma análise crítica do processo de urbanização, do sistema de gestão territorial e práticas de planeamento urbano, e sua relação com a forte presença de assentamentos informais em Moçambique.

No quarto capítulo – METODOLOGIA DE PESQUISA – expõe a metodologia aplicada no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, os instrumentos e fontes de informação.

No quinto capítulo – PROPOSTA DE METODOLOGIA DE REGENERAÇÃO URBANA – é proposta uma metodologia a ser seguida em intervenção de regeneração urbana do bairro Liberdade

No sexto capítulo – BAIRRO LIBERDADE – são apresentados os resultados da pesquisa no bairro Liberdade. Compreende a caracterização sistemática da ocupação, e proposta de ações prioritárias.

No sétimo capítulo - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA PRIORITÁRIA – retrata um exercício experimental de intervenção prioritária com base na metodologia proposta.

CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

2.1. Tipos de Intervenção de (Re)desenvolvimento Urbano

Iniciativas de (re)desenvolvimento ou revitalização de áreas urbanas distinguem-se do planeamento de novos assentamentos ou expansão da cidade, por intervirem em áreas já urbanizadas. Através de ações múltiplas, visam devolver o potencial de uma área de desempenhar ativamente funções urbanas através do melhoramento e modernização do seu património físico e reanimação das atividades sociais e económicas.

Ao longo da história do urbanismo têm sido desenvolvidas e implementadas várias intervenções urbanísticas com o objetivo de manter as diversas funções da cidade ou de parte dela. Estas intervenções têm variado segundo os conceitos e abordagem, o que lhes confere termos distintos, nomeadamente, Reabilitação, Renovação e Requalificação, assim como Regeneração Urbana, que é o objeto desta análise. Embora, superficialmente, possam parecer referir ao mesmo tipo de intervenção, os seus conceitos são distintos, e ao longo deste Capítulo é elucidada esta distinção.

Uma análise mais crítica permite distinguir os termos com base nos problemas urbanos que estes procuram resolver e o tipo de intervenções desencadeadas.

2.1.1. *Renovação Urbana e Reabilitação Urbana*

A Renovação Urbana tem sido proposta em áreas de avançada degradação física do edificado, onde não se considera haver qualquer património de notável valor arquitetónico ou conjunto urbano a preservar. Segundo Peixoto (2009) este tipo de intervenção aponta para a demolição seletiva de construções morfológicas e tipologicamente desadaptadas e para a sua substituição por um novo modelo urbano, caracterizado por novas construções ajustadas a tipologias arquitetónicas e sociais contemporâneas.

Salgueiro (1992) afirma que estas operações podem ser pontuais ou difusas, variando da substituição de imóveis pontuais, a operações mais abrangentes, onde até a malha urbana pré-existente é alterada, podendo imóveis ser substituídos por grandes vias, viadutos, estacionamento e edifícios de habitação, para escritórios ou para fins comerciais.

Nem sempre estas iniciativas e a sua implementação resultam na melhoria da qualidade do ambiente urbano desejado ou do potencial económico e da satisfação das necessidades sociais dos seus moradores. Há vários exemplos de intervenções de renovação urbana que pela sua abordagem

propiciaram resultados insatisfatórios, por estimularem a destruição de construções e paisagens de interesse histórico, poluição, perda de espaços públicos, perda de biodiversidade, e realocação de pessoas de baixa renda, na maior parte das vezes devido à valorização das propriedades.

A Reabilitação Urbana implica a execução de um conjunto de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com os objetivos de melhorar as suas condições de uso e habitabilidade e de dinamizar o tecido económico e social.

A Reabilitação Urbana é entendida por Anjo (2009, p123) como:

“Estratégia de gestão urbana que permite a requalificação de uma cidade existente por meio de múltiplas intervenções, destinadas a valorizar suas potencialidades sociais, económicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que diz respeito”.

Estas intervenções visam conferir à parte da cidade intervencionada as qualidades perdidas, a sua dignidade, assim como a sua aptidão a desempenhar uma função social (Peixoto, 2009), através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes, melhorando as condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

É importante notar que a definição da Reabilitação consiste em ações integradas, destinadas a reparar e (re)funcionalizar o património arquitetónico ou uma área urbana (Peixoto, 2009), tendo em vista suas vulnerabilidades, a necessidade de inclusão social e a coesão territorial. A Reabilitação deve colocar o Homem no centro das suas preocupações procurando melhorar as condições de vida nos Centros Históricos e bairros residenciais degradados ou ocupados por populações com fracos recursos e grupos marginalizados procurando manter as populações residenciais enraizadas nos seus bairros.

Portanto os conceitos de Reabilitação Urbana e Renovação Urbana diferem sobretudo pelo tipo de intervenções inerentes às respetivas operações. A Reabilitação Urbana procura a melhoria das condições urbanísticas de uma área, mantendo o quanto possível a autenticidade do carácter arquitetónico do edificado, através de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e espaços urbanos, enquanto que a Renovação Urbana promove alterações físicas e funcionais da estrutura urbana e do edificado existente, podendo proceder-se à demolição das estruturas morfológicas

e tipológicas existentes, que não constituam património arquitetónico ou conjunto urbano a preservar, e à sua substituição por um novo padrão urbano.

2.1.2. Requalificação e Regeneração Urbana

O conceito de Requalificação Urbana sugere intervenções de transformação urbana com a finalidade de restituir a qualidade urbanística a uma determinada área a partir da melhoria das condições físicas dos edifícios e espaços urbanos, podendo alterar ou adaptar as vocações funcionais preexistentes de forma a adequar as necessidades funcionais contemporâneas.

Portanto, a requalificação intenta, sobretudo, a valorização de áreas urbanas que estejam em degradação, (re)criando condições urbanísticas favoráveis à reanimação da atividade económica e social. Como refere Moreira (2007), a requalificação tem como fim último proporcionar a todos integrantes da sociedade a melhor qualidade de vida possível, numa lógica de sustentabilidade.

Este conceito é partilhado por Ferreira e Indovina (1999) citados por Igreja (2016), ao referirem a Requalificação Urbana como um processo de intervenção social e territorial, que deve pressupor um conjunto de ações interligadas numa determinada lógica de desenvolvimento urbano, agindo ao nível da qualidade e das condições de vida de diversos grupos sociais.

O termo Requalificação é muitas vezes usado como sinónimo da Regeneração Urbana, porém, são conceitos distintos. A requalificação é voltada para a melhorias das características físicas da cidade, que possam melhorar o tecido económico e social (Moreira, 2007) enquanto a Regeneração é uma intervenção que combina ativamente ações de transformação urbana de natureza física e funcional com a execução de intervenções socioeconómicas e ambientais.

Para a regeneração é crucial a existência de uma estrutura de cooperação e coordenação entre vários atores envolvidos, e os vários aspetos urbanos a considerar. Tallon (2010) resume os aspetos a considerar em 3 principais categorias, ‘pessoas’, ‘negócios’ e ‘espaço’. Em termos de pessoas, a regeneração objetiva melhorar habilidades, capacidades e aspirações para que possam participar e beneficiarem das oportunidades. A regeneração também procura aprimorar a competitividade económica e melhorar a participação da economia na criação de oportunidades de trabalho local. E para atrair tanto as pessoas como os negócios, a regeneração procura melhorar as condições urbanísticas e a paisagem.

Tallon (2010) afirma que a combinação destes três elementos contribui para assegurar, a longo termo, o progresso urbano de forma sustentável, intervindo em quatro dimensões da regeneração urbana, a económica, social e cultural, física e a governação (Tabela 1).

Tabela 1: Principais domínios das abordagens de Regeneração Urbana

Domínio	Áreas de Interesse
Económico	Criar empregos, empreendedorismo, habilidades, empregabilidade, desenvolvimento, atratividade
Social/Cultura	Qualidade de vida, saúde, educação, combate ao crime, habitação, serviços públicos de qualidade
Físico/Ambiental	Infraestruturas, paisagem natural e edificada, transporte e comunicação
Governança	Processo de tomada de decisão a nível local, engajamento da comunidade local, envolvimento de outros grupos, tipo de liderança

Fonte: Adaptada de Tallon (2010)

A regeneração urbana evidencia-se como uma temática integrante das novas políticas urbanas de conservação e defesa do património, do ordenamento do território, da coesão social e principalmente da regeneração sustentável das cidades. Castanheira (2013) afirma que a regeneração deve acompanhar as mudanças do mundo moderno, as premissas da construção sustentável, baseadas no equilíbrio ambiental, social e económico.

2.2. Regeneração Urbana

2.2.1. Conceito

As intervenções urbanísticas com base no conceito de (re)desenvolvimento urbano visam reconverter, reocupar e reutilizar parte considerada decadente de uma área urbana, no sentido de regular, reviver ou reinstalar vitalidade económica e social. Esse movimento contra a decadência de áreas urbanas tem bases explícitas, ou não, na ideia de sustentabilidade, na qual um sistema deve perdurar e ser capaz de permanecer diverso e produtivo através do tempo (Vosgueritchian, 2015), e manter equilibrado o progresso nos domínios económico, social e ambiental.

No domínio da biologia, o termo regeneração refere-se à reposição de tecidos perdidos ou danificados, ou à restauração de um sistema ao seu estado inicial (Couch, 2003). A mesma lógica se aplica às áreas urbanas. A regeneração é uma forma de intervenção no território, voltada para a reposição das condições urbanísticas de uma área que tenha se tornado ineficiente a oferecer as funções urbanísticas desejadas.

A regeneração é o campo da política urbana que procura responder aos problemas associados à degradação urbana. A regeneração tem a ver com o refortalecimento da atividade económica onde esta tenha sido enfraquecida, restauração da função social onde esteja disfuncional, ou inclusão social onde haja exclusão, e a restauração da qualidade ambiental e o balanço ecológico onde esteja perdido/degradado.

A transformação urbana é um fenómeno global, causado por vários fatores, incluindo a urbanização, tendências migratórias, globalização e pobreza. Segundo Goitia (1992) citado por Anjo (2009) o rápido crescimento das cidades desafia a capacidade das autoridades da administração pública, de assimilar os novos problemas e oportunidades e executar as intervenções eficazes para acomodar as novas transformações. Em função destas mudanças, as cidades ou partes delas são afetadas de formas distintas, algumas adaptam-se positivamente e aprimoram suas condições urbanísticas e noutras as dificuldades de adaptação levam a uma degradação urbana profunda.

Engelbrecht (2004) afirma que a regeneração urbana envolve intervenções multisectoriais, levadas a cabo em áreas geográficas específicas num horizonte de médio prazo, especialmente voltadas para a reconstrução de infraestruturas económicas. O autor entende que muitos dos problemas urbanos, como a exclusão social e a degradação urbana, entre outros, são consequência do declínio económico ou da redução da atratividade de uma área urbana para exercício das funções urbanas, habitação, intercâmbio comercial, interação social ou política. Este entendimento é partilhado por Morontse (2010), ela sugere que para contrariar este declínio económico, a regeneração urbana deve promover investimentos no (re)desenvolvimento de infraestruturas económicas, reduzir a pobreza e o desemprego, assim como prover educação, segurança, melhorando a qualidade do ambiente urbano onde as pessoas possam viver com dignidade.

Turok (2005) citado por Tallon (2010) identifica três características da regeneração urbana contemporânea:

- Visa alterar a natureza de uma área através de um processo no qual a comunidade local e outros atores com interesse no melhoramento da área são envolvidos;
- Abrange múltiplos objetivos e atividades das principais responsabilidades funcionais do governo, dependendo dos problemas e particularidades da área;
- Tende a envolver alguma parceria entre diferentes interessados, embora a forma de parceria possa variar.

Estas três perspetivas, o envolvimento da comunidade, a persecução de múltiplos objetivos e o trabalho em parceria, remetem-nos ao conceito da integração, no qual vários atores com visões distintas e

objetivos distintos, concebem uma visão comum sobre o futuro de uma determinada área, e através de ações coletivas coordenadas, implementam as medidas com vista a alcançar o futuro desejado.

O sentido da integração encabeça a definição da Regeneração Urbana dada por Roberts et al. (2017, p60), segundo a qual:

“Regeneração urbana é uma visão e intervenção integrada que busca resolver problemas urbanos e promover uma melhoria duradoura das condições económicas, físicas, sociais e ambientais de uma área que tenha sido sujeita a alterações ou que ofereça oportunidades de desenvolvimento”.

A abordagem integrada, onde os desafios urbanos são cada vez mais complexos, e os recursos públicos e privados são escassos, possibilita através da geração de sinergias e multiplicação de efeitos alcançar mais resultados evitando duplicação, conflitos ou interferências.

Devido à natureza das abordagens de regeneração urbana, é difícil determinar um conjunto de princípios e metodologias que possam ser aplicáveis a todas intervenções. Tallon (2010), citando Turok (2005), argumenta que o âmbito e os objetivos da Regeneração Urbana são ambíguos, e esta ambiguidade a torna flexível, reconhece a singularidade do local e da forma de uma parte específica da cidade. Isto implica que um esquema de regeneração urbana, deve estar ajustado ao contexto de aplicação, e refletir as circunstâncias e exigências mais amplas da cidade ou região em que a área a intervencionar está localizada.

2.2.2. Características das Intervenções

Não há ainda um suporte teórico largamente aceite sobre as características do processo, conteúdo e a forma de operação da regeneração urbana. Mas na prática observam-se muitas similaridades, especialmente nas questões relacionadas com os arranjos institucionais e a dinâmica organizacional que asseguram as intervenções de regeneração urbana.

E de facto, um aspeto importante que ajuda a distinguir a regeneração urbana das outras abordagens, muitas vezes focadas em uma questão particular, é a conjugação de várias políticas, coordenação institucional e o envolvimento de distintos atores. É provavelmente esta característica que determina o modo de operação da regeneração urbana.

Mendes (2013, p.37) identifica os 6 principais elementos que caracterizam uma intervenção de Regeneração Urbana:

Metodologia abrangente – é a característica primária da regeneração urbana, uma visão e ação abrangente que leva à resolução de problemas urbanos e traz melhorias duradouras nas condições físicas, sociais, económicas e ambientais de uma área que tenha sido sujeita a degradação (Vosgueritchian, 2015), alcançáveis através de medidas de intervenção sistemáticas com impactos nos vários sectores do sistema urbano. Exige um profundo conhecimento sobre a situação dos diferentes sectores urbanos, e como eles interagem entre si, com o meio externo e as vulnerabilidades e oportunidades existentes.

Integradora – a visão integradora remete para a necessidade de considerar a área de intervenção como um sistema único em constante interação, assim como parte integrante de um amplo sistema urbano e regional influenciando-se mutuamente. Integradora também pela diversidade dos atores e agentes chamados a contribuir para a intervenção.

Estratégica – no sentido de promover medidas prospetivas de médio a longo prazo, com metodologias e programação específica de ações para a resolução de problemas e captação de oportunidades para uma progressiva melhoria das condições da área urbana em alusão, e influenciar positivamente o desenvolvimento da sua envolvente. Consciente da situação atual e da situação que pretende alcançar, são traçados objetivos e o percurso para alcançá-los, mantendo em aberto a flexibilidade para adaptação em função das variações do contexto durante a progressão da intervenção.

Flexível – refere-se aos mecanismos de adaptação dos esquemas e ações programadas durante a implementação. A flexibilidade do processo refere-se à capacidade de lidar com possíveis mudanças do cenário inicialmente previsto, e à faculdade de redirecionar as ações em tempo útil para evitar eventuais conflitos ou capitalizar oportunidades para aprimorar os benefícios da intervenção. O programa deve ser flexível a eventuais necessidades de redirecionamento de recursos, em função de diferentes níveis de progresso e de impacto nos vários domínios de intervenção, ou a provisão de recursos adicionais, para manter uníssono a persecução de todos os objetivos traçados.

Apoiada em parcerias – deve assegurar a participação ativa e cooperação de todos os atores com legítimos interesses na regeneração urbana da área sujeita a intervenção, as instituições públicas, privadas, voluntários e as comunidades beneficiária. A multidimensionalidade e complexidade das questões urbanas requerem estratégias integradas envolvendo uma ampla variedade de atores, e as parcerias permitem, através do envolvimento destes atores no processo de tomada de decisão, a definição de soluções mais adequadas para os desafios locais e uma eficiente e equilibrada distribuição dos fundos públicos (Roberts et al., 2017). Outra razão para justificar as parcerias é que operações de Regeneração Urbana geralmente implicam grandes investimentos num período de tempo considerável,

o que torna inviável para um ator individual assegurar o investimento, para além da necessidade de complementaridade entre diferentes competências de diferentes agentes e, assim, ultrapassar as tradicionais barreiras institucionais.

Promotora de sustentabilidade – A Regeneração Urbana procura responder a critérios de sustentabilidade ambiental, económica/financeira e social, quer nas várias intervenções levadas a cabo no espaço urbano, quer na capacidade do próprio processo (Mendes, 2013). Com o crescimento das preocupações e consciência sobre as questões ambientais, são cada vez mais relevantes medidas de sustentabilidade na regeneração urbana. Vosgueritchian (2015) atribui estas preocupações à necessidade de corrigir a degradação ambiental intensificada pelo desenvolvimento industrial e pela economia capitalista de consumo, forçando os limites naturais de capacidade dos ecossistemas para sustentar a vida humana sem significativa degradação. O (re)desenvolvimento de áreas degradadas contribui para a contenção da expansão urbana, vista como insustentável pela sua ocupação excessiva sobre áreas naturais que exerciam funções vitais no ecossistema do planeta.

Para resumir, estes elementos que se esperam constantes em programas de regeneração urbana, são a forma de dar resposta consistente e duradoira a uma multiplicidade de problemas urbanos. Nas últimas décadas os problemas urbanos têm aumentado de complexidade e isto exige de quem planeia a cidade a necessidade encontrar modos de intervenção para além das operações focadas nos elementos físicos da cidade, mas assumindo também que os fatores económicos, sociais, e ambientais devem integrar o processo através de uma abordagem estratégica de longo termo (Mendes, 2013). As intervenções de regeneração sustentam-se sobre um conhecimento profundo da realidade urbana a intervir, e identificam ações coordenadas nos vários domínios do sistema urbano, que podem contribuir para a melhoria da paisagem urbana, redução da exclusão social, reintegração económica de áreas marginalizadas e requalificação ambiental.

2.2.3. Princípios

A regeneração urbana visa promover melhorias das condições físicas, socioeconómicas e ambientais de uma área com fracas qualidades urbanísticas, através de intervenções integradas, adequadas às características singulares da área específica. Portanto, uma das premissas do programa de regeneração urbana, é que ele deve refletir as circunstâncias e requisitos mais amplos da cidade ou região em que está localizado (Hausner, 1993; Roberts et al. 2017).

As premissas da abordagem da regeneração estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, particularmente com o Objetivo -11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. Que objetiva, através de esquemas adequados de urbanização e melhoria da capacidade

de planeamento, prover até 2030 acesso à habitação, transporte, infraestruturas, serviços e espaços públicos adequados, seguros e acessíveis para todos, com atenção especial para as áreas e pessoas vulneráveis. Esta pretensão é expressa em termos de visão e compromissos partilhados pelos governos nacionais e locais na Nova Agenda Urbana de 2016, acordada na conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano.

Fundamentalmente a Nova Agenda Urbana (UN-HABITAT, 2016b), é orientada por princípios interligados, abordando temas como a governança, participação, cooperação e parcerias na gestão urbana, a inclusão social e redução da pobreza extrema, manutenção da diversidade socioeconómica e cultural, à habitação, infraestruturas e serviços básicos. Expõe a necessidade da partilha dos benefícios da aglomeração e urbanização para todos, através da promoção de empregos, acesso igualitário aos recursos produtivos, segurança da propriedade da terra, sustentabilidade ambiental, resiliência e redução de risco de catástrofes.

A Regeneração Urbana aborda estas mesmas temáticas, embora possam variar consoante a circunstância, a área urbana a intervencionar, os objetivos e os recursos disponíveis. Na Tabela 2 são apresentados os princípios gerais que devem orientar intervenções da Regeneração Urbana Tabela 2: Princípios que devem apoiar o programa de regeneração urbana.

Tabela 2: Princípios que devem apoiar o programa de regeneração urbana

Princípios da Regeneração Urbana
1. Basear-se em uma análise detalhada da condição de uma área urbana; visar a adaptação simultânea do tecido físico, das estruturas sociais, da base económica e das condições ambientais de uma área urbana;
2. Assegurar a adaptação simultânea através da geração e implementação de uma estratégia abrangente e integrada que trate da resolução dos problemas de forma equilibrada, ordenada e positiva;
3. Assegurar que uma estratégia e os programas de implementação resultantes sejam concebidos de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável; alinhar a estratégia de regeneração a outras iniciativas em uma área local, como atividades de saúde e bem-estar;
4. Definir objetivos operacionais claros, sempre que possível quantificados;
5. Fazer o melhor uso possível dos recursos naturais, económicos, humanos e outros, incluindo a terra e as características do ambiente construído;
6. Procurar garantir o consenso através de participação alargada e cooperação possível de todas as partes com um interesse legítimo na regeneração de uma área urbana; isso pode ser alcançado por meio de parceria ou outros modos de trabalho e por meio do engajamento ativo dos residentes;

7. Reconhecer a importância de medir o progresso da estratégia em direção à realização de objetivos específicos e monitorizar a natureza mutante e a influência das forças internas e externas que atuam nas áreas urbanas;
8. Aceitar a probabilidade de revisão dos programas iniciais de implementação de acordo com as mudanças ocorridas;
9. Reconhecer que os vários elementos de uma estratégia tendem a progredir em velocidades diferentes;
10. Poder exigir o redirecionamento de recursos ou o fornecimento de recursos adicionais, a fim de manter um amplo equilíbrio entre os objetivos incluídos em um esquema de regeneração urbana e permitir a realização de todos os objetivos estratégicos;
11. Reconhecer a importância de prever a gestão a longo prazo de uma área regenerada - o que implica a necessidade de uma estratégia de sucessão e de disposições de progressão.

Fonte: Adaptada de Roberts et al.(2017)

Em suma, a regeneração deve contribuir para redução da exclusão social e aumentar a reintegração económica de áreas urbanas desfavorecidas (Roberts et al. 2017; McGregor e McConnachie, 1995) e assegurar que áreas urbanas contribuam para o desempenho económico nacional e para a concretização de outros objetivos sociais e ambientais.

Segundo o primeiro princípio, a intervenção de regeneração é baseada no conhecimento profundo da situação do sistema urbano, particularmente, nos assentamentos informais, múltiplas fragilidades e carências, suscitam uma leitura e interpretação cuidadosa de complexos fenómenos físicos e socioculturais. Os principais aspetos nos quais os programas de regeneração de assentamentos informais devem dispensar especial atenção são os seguintes:

- i. A situação urbanística e ambiental – perspetiva integrar a área no processo de construção da cidade, conferindo-lhe os benefícios e qualidades resultantes da urbanização assim como dotá-la de capacidade para contribuir para o desenvolvimento da cidade como um todo (Macucule, 2015). A componente física, para além do estado do edificado, inclui os terrenos, espaços públicos, infraestruturas, questões ambientais e de sustentabilidade. Os problemas de pobreza urbana, declínio da atividade económica e exclusão social são muitas vezes relacionados ao uso e localização da terra, estado de conservação do edificado, qualidade da infraestrutura, acessibilidade e meio ambiente, portanto, melhorar a estrutura física pode ser fundamental para alcançar objetivos mais amplos da regeneração (Roberts et al. 2017).
- ii. Habitação e habitabilidade – o desequilíbrio entre a demanda e a oferta da habitação prejudica ainda mais os grupos socialmente excluídos, é necessária a promoção de habitação social acessível para as comunidades com renda baixa. A intervenção neste domínio visa a melhoria

da qualidade das moradias, do espaço público e das infraestruturas locais, através programas de fomento de habitação, de iniciativa pública ou privada. A moradia condigna é uma condição imprescindível para a saúde e bem-estar das comunidades, e desempenha papel importante para a regeneração. Um planeamento adequado da oferta de habitação contribui para a valorização do solo e a contenção da expansão urbana.

- iii. Emprego e desenvolvimento humano – este aspecto é dos que melhor distingue a regeneração de outras intervenções, isto porque a capacidade e oportunidade das pessoas gerarem renda é determinante para melhorar a sua qualidade de vida e para o progresso social e económico. Os assentamentos informais têm sido excluídos de investimentos públicos e privados, para contrariar esta tendência, a regeneração contribui para estimular a atividade económica e os investimentos locais. O emprego e geração de renda é tratado sob duas perspetivas, a primeira – como condição primária para a regeneração - consiste em ações para melhorar as oportunidades de emprego para assegurar uma regeneração efetiva, fortalecendo a capacidade dos beneficiários de participar no processo de melhoramento das suas condições de vida, e a segunda – como um resultado do processo de regeneração - no sentido de criar, através do processo de regeneração, as condições favoráveis para atrair atividade económica, empregos e consequentemente a melhoria da renda.
- iv. A situação fundiária – nos assentamentos informais o direito de aproveitamento de terra não está formalmente registado, a regeneração deve contribuir para a regularização da propriedade de terra, visando garantir o direito legal dos ocupantes permanecerem no local, resolver conflitos e estabelecer mecanismos de perequação e compensação dos afetados pelas intervenções (Macucule,2015).
- v. A organização social e cidadania – no sentido de reconhecer o direito das pessoas de participarem no processo de melhoria das condições urbanísticas da área que habitam, reconhecer e fortalecer a organização social e governança de base local, e a diversidade sociocultural como forças a potencializar. Deve se identificar, mobilizar os grupos sociais mais desfavorecidos e inclui-los nos processos que impactam as suas condições de vida, e adotar medidas para prevenir que as transformações destas áreas urbanas não propiciem a ocorrência de exclusão social futura (Macucule, 2015; Roberts et al. 2017).

Estes e os demais aspetos devem ser abordados de forma estratégica, claramente articulada, expondo como a atuação multifacetada ajudaria a alcançar uma visão de longo prazo. A criação de uma estrutura

estratégica pode garantir que os recursos, por exemplo, terra, capital e trabalho, sejam usados de forma a obter o melhor efeito geral (Roberts et al. 2017). Nos assentamentos informais, a renda familiar é baixa, a capacidade de contribuir para os custos das operações é deficiente, portanto, deve se enfatizar a interdependência das ações para racionalizar os recursos existentes, isto é, as intervenções devem estar estruturadas de tal forma que ações em determinado domínio contribuam positivamente para os restantes. Devem se vincular as ações da regeneração a programas setoriais mais amplos de habitação, educação, transporte, saúde e finanças, identificar os beneficiários pretendidos e a maneira pela qual se beneficiarão.

Segundo Parkinson (1996) e Carley (2000) citados por Roberts et al (2017) o princípio da abordagem estratégica na regeneração, reforça a necessidade de alcançar a integração, através de uma visão abrangente e de longo prazo, integrando prioridades económicas, ambientais e sociais no programa de regeneração. A estratégia deve especificar como os seus mecanismos e recursos a mobilizar ajudariam a alcançar esta visão, e como cada ator público, privado ou comunitário contribuirá para a regeneração, e especificar como cada ação contribuirá para os objetivos gerais da regeneração.

O princípio da parceria procura dar resposta à complexidade da atuação em assentamentos em rápidas e fundamentais mudanças sociais, económicas e institucionais. Com o rápido crescimento urbano, as cidades enfrentam múltiplos desafios, e a atuação de um único ator é limitada para lidar com complexos problemas sociais, ambientais e económicos, que afetam áreas urbanas e em particular as de ocupação espontânea. Esquemas com abordagens integradas, baseados em parcerias, onde vários parceiros atuam de forma coordenada em diferentes domínios, têm potencial de induzir a melhorias duradoiras (Roberts, 1997; Roberts et al. 2017). As parcerias justificam-se pelo facto dos problemas que as áreas urbanas enfrentem terem causas múltiplas, portanto as soluções devem resultar da atuação de vários atores.

CAPÍTULO 3 – REGENERAÇÃO URBANA NO CONTEXTO DE MOÇAMBIQUE

3.1. Processo de Urbanização

Em Moçambique, a maior parte das cidades evoluíram a partir de entrepostos comerciais e de fortificações militares destinadas a proteger interesses de domínio colonial. A organização do espaço refletia o regime político e administrativo colonial. A parte central da cidade também designada “Cidade Cimento”, dotada de infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos, concentrava a população branca, e a população negra ocupavam a periferia, a “Cidade Caniço” e a área rural, que não mereceu nenhuma atenção no planeamento, e na provisão de serviços, infraestruturas, até mesmo a indústria geradora de empregos estava concentrada junto ao poder colonial nos centros urbanos (Araújo, 2003).

Após a independência do país em 1975, e o fim da repressão colonial, as populações rurais afluíram aos centros urbanos atraídas pela possibilidade de melhorar as suas condições de vida onde a oferta de oportunidade de emprego, educação, saúde e outras comodidades se concentram, contrariamente às áreas rurais, onde os investimentos públicos em infraestruturas económicas e serviços não tinham se feito sentir.

Com o aumento da população urbana, sobretudo nas áreas periféricas, não planeadas e desprovidas de infraestruturas, serviços e equipamentos básicos e nem áreas disponíveis para sua inclusão, a maior parte da população urbana do país passou a viver em áreas com condições precárias.

O facto é que, mesmo depois da independência, o antagonismo entre as áreas centrais, suburbanas e rurais permanece forte, as áreas centrais continuam a receber a maior parte dos investimentos públicos e concentram a maior parte da atividade económica. Segundo Araújo (2003, p14),

“no pós independência, as cidades continuam marcadas pela dualidade económica, social e de organização territorial, pois a principal alteração foi apenas demográfica, com as consequências daí decorrentes. As áreas centrais mantêm-se com as mesmas características, mas mais degradada em termos de infraestruturas e serviços, ela apenas deixou de ser “branca”, mas não deixou de segregar a área suburbana (a periferia). Por sua vez, a área suburbana mantém-se precária e os problemas tendem a agravar-se e alastrar-se”.

Os próprios assentamentos informais estão em expansão constante. Trata-se de um crescimento por contiguidade, um processo de extensão do tecido urbano preexistente, através da ocupação dos

territórios na sua volta, sem um plano de urbanização (Anjo, 2009). Um processo de urbanização que vários atores o apelidam de “mancha de óleo”, quanto mais se afasta do centro urbano, as ocupações tornam-se mais dispersas, mono-funcionais (geralmente residencial), a intensidade do uso do solo é baixa, e com alta dependência do automóvel.

O Ineficiente controlo do crescimento urbano tem contribuído para esta expansão periurbana informal e frequentemente caótica, proliferação de moradias informais e atividades de subsistência, congestionamento do tráfego e ineficiência energética. O relatório sobre as cidades globais da UN-Habitat (2019) indica que 75 por cento das cidades do mundo, tornaram-se mais desiguais nos últimos 20 anos. Segundo o mesmo relatório, a ineficiência dos mecanismos de gestão do desenvolvimento urbano e de controlo da expansão urbana, influenciaram na diminuição da integração socioeconómica nas cidades.

Moçambique tem uma taxa de urbanização de 36% (INE, 2017). Em 2005, estava entre os países menos urbanizados da África Austral, mas espera-se que, em 2025, seja o quarto país mais urbanizado da região, depois do Botswana, África do Sul e Angola.

Aproximadamente 20 dos 53 municípios têm uma população superior a 100 000 habitantes (INE, 2017). A rápida urbanização é impulsionada principalmente por crescimento natural, migração rural-urbana, expansão espacial de assentamentos urbanos através da anexação, a reclassificação das áreas rurais.

As limitações decorrentes dos primeiros anos de governação de Moçambique no pós-independência, centradas na reconstrução, condicionaram a elaboração de dispositivos que considerassem as cidades e seus problemas (Mazembe, 2016). Os planos outrora elaborados foram abandonados, por incapacidade da recente constituída administração de materializar as suas diretrizes. A fraca capacidade técnica e institucional dos órgãos administrativos limitou o poder estatal em regular o uso do solo urbano.

Segundo Araújo (2003), a incapacidade das instituições de nível nacional e municipal é agravada pela ausência de perspetivas e de políticas para o desenvolvimento urbano, fazendo-se este ao “sabor” do acaso e/ou de interesses particulares que, quase sempre, criam obstáculos a tudo que sejam ações de planeamento integrado que visem a melhoria das condições de vida da população em geral.

As precárias condições de vida nas áreas urbanas, em particular as áreas suburbanas de ocupação informal, suscitaram preocupação das autoridades locais e nacionais, e em resposta iniciam nos anos 1980 alguns programas voltados às questões urbanas, muitos dos quais com a perspetiva de desenvolvimento de novos assentamentos humanos, conhecidos por bairros de expansão.

Forjaz et al. (2006) identificam as mais destacadas iniciativas públicas deste período:

- Programa de Promoção de Habitação Própria (PPHP) 1987 - contribuiu para a criação do Fundo de Fomento de Habitação, cuja linha de ação era apoiar a autoconstrução de habitações, através de loteamentos e de fornecimento de serviços básicos.

- Projeto de Reabilitação Urbana (PRU) 1987 – 1997 – com a perspectiva de realojar as famílias residentes em áreas ambientalmente sensíveis das cidades de Maputo e da Beira. Foram demarcados cerca de 4mil novos lotes e construídas cerca de 1000 casas evolutivas.

- Reestruturação dos Órgãos Locais – O projeto foi lançado no ano 1991, no contexto do desenvolvimento físico urbano e da habitação foram propostas cinco cidades piloto nomeadamente em Maputo, Beira, Nampula, Quelimane e Pemba.

Os principais objetivos destes programas eram a conceção de novos lotes para a construção de habitações próprias nas periferias das cidades, dotando estas áreas de infraestruturas e serviços básicos. Com estas medidas esperava-se atrair os moradores dos preexistentes bairros suburbanos, densamente ocupados por construções não ordenadas e com graves condições de insalubridade, para novas áreas, na periferia da cidade.

Estes programas, para além de não terem melhorado significativamente as condições de vida nos bairros degradados, contribuíram para a expansão das cidades para as suas periferias, mantendo o padrão urbanístico pré-existente das áreas suburbanas, com carências em infraestruturas, serviços básicos e altos índices de pobreza. De facto, estudos conduzidos pelo Banco Mundial (BIRD, 2017) demonstram haver uma correlação entre a pobreza urbana e o (não) acesso a infraestruturas. Os moradores dos bairros periféricos com défice de infraestruturas e serviços tendem a ser mais pobres que os que vivem em áreas consolidadas com melhor oferta de serviços.

Em 1998, foram constituídos os primeiros 33 municípios e foram iniciadas as primeiras intervenções de melhoramento de assentamentos informais. As intervenções estavam apoiadas em planos de pormenor urbano participativo e consistiam em ações de melhoria de infraestruturas essenciais, com o mínimo impacto negativo sobre as comunidades residentes, e sem reassentamentos forçados. As intervenções tinham como princípio a tomada de decisões de forma transparente, envolvendo os principais agentes sociais da comunidade, execução de ações de baixo custo e uso máximo do saber e motivação da comunidade. O planeamento era simultaneamente acompanhado pela execução de ações prioritárias, identificadas coletivamente e financiadas pelos fundos disponíveis (Banco Mundial & Forjaz Associate Architects, 2008). Alguns das intervenções realizadas são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3: Algumas intervenções em assentamentos informais realizadas desde a criação dos municípios (1998 – 2020)

Promotor	Metodologia	Município	Bairro ou área
Cities Alliance/Un-Habitat	Plano de pormenor urbano participativo, rápido e simplificado integrando componente ambiental e plano de ação, e plano de contingência de inundação e implementação de ações prioritárias em assentamentos informais	Maputo	DM2, Bairro Malanga
		Chokwe	3º Bairro
		Quelimane	4º Bairro, unidades Manhua A e B
		Tete	Bairro Mateus Sansão Mutemba; Josina Machel; Francisco Manhanga
Cities without Slums/Un-Habitat	Plano de pormenor urbano participativo, rápido e simplificado e plano de ação, e cadastro e sistema simplificado de cadastro para assentamentos informais	Maputo	Bairro Maxaquene
		Nacala	Bairro Macone
		Manica	Bairro Josina Machel
PRODER/Cooperação Alemã		Manica	Bairro Josina Machel
PADM/Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento		Dondo	Bairro Mafarinha
		Marromeu	Bairro 1 de Maio Bairro 7 de Abril
Aliança de Cidades/Banco Mundial/Cooperação Italiana para o Desenvolvimento	Plano de requalificação de assentamentos informais através de realização de Estudos, Fomento ao desenvolvimento Local, Fortalecimento institucional e realização de obras prioritárias	Maputo	Bairro Chamanculo C Bairro George Dimitrov

Fonte: Banco Mundial & Forjaz Associate Architects (2008), Anjo (2009), Macucule (2015)

Estas intervenções têm ajudado a construir um conhecimento e experiência de intervenção em assentamentos informais. São uma demonstração da viabilidade do planeamento prático direccionado a decisões e ações concretas, e é importante que sejam replicadas em outras áreas e municípios, e os técnicos e lideranças municipais capacitadas nestas práticas de planeamento. A requalificação ou regeneração deverá tornar-se na abordagem preferencial de intervenção dos municípios.

Porque estes projetos são na maior parte promovidos por agências internacionais de cooperação, muitas vezes operando através de consultorias externas, é importante encontrar mecanismos de gestão do conhecimento e divulgação das experiências e boas práticas. É também importante que os municípios sejam capacitados para assegurar a sustentabilidade, continuidade da expansão dos benefícios gerados por estas intervenções.

3.2. Sistema de Ordenamento Territorial

A Constituição da República de Moçambique (de 2004) estabelece que a terra é propriedade do Estado. Aos cidadãos singulares ou coletivos são conferidos o direito de uso e aproveitamento da terra tendo em conta o fim social ou económico. A Lei de Terras (Lei nº 19/97 de 01 de Outubro) e regulamentos complementares, estabelecem os procedimentos para atribuição do direito de uso de terra, por autorização de pedido ou por reconhecimento de ocupação e usos costumeiros por pessoas singulares ou comunidades locais.

Para garantir o aproveitamento sustentável e a qualidade ambiental, o Estado adota políticas visando *“promover o ordenamento do território com vista a uma correta localização das atividades e a um desenvolvimento socioeconómico equilibrado”* (Artigo 117, Constituição da República, 2004).

A Constituição garante o direito dos cidadãos de viver em ambiente equilibrado, a habitação condigna, e atribui ao estado e aos municípios, o dever de criar as adequadas condições institucionais, normativas e infraestruturas assim como apoiar as comunidades locais no acesso a habitação própria (Artigos 90 e 91 da Constituição da República).

Neste contexto, é aprovada em 2007, através da Resolução nº 18/2007 de 30 de Maio, a Política de Ordenamento Territorial, que constitui *“um conjunto de diretivas que permite ao Governo, por meio de um processo de concertação, integração e participação, a todos os níveis, definir os objetivos gerais a que devem obedecer os instrumentos de ordenamento territorial para alcançar uma melhor distribuição das atividades humanas no território... assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento humano e o cumprimento dos tratados e acordos internacionais, no âmbito territorial...considerando a realidade física, geográfica, social, económica e cultural do país...”* (número 1 da Resolução nº 18/2007 de 30 de Maio).

Em relação às áreas de ocupação espontânea, o ordenamento territorial deve *“promover e estratégias de planeamento ... que privilegiem ... o melhoramento das condições de vida nas zonas discriminadas em termos da sua qualidade ambiental, das suas carências em infraestruturas e serviços e a da sua baixa qualidade ambiental, residencial e a localização periférica”* (número 3.4, da Resolução nº 18/2007 de 30 de Maio).

Os principais objetivos da política em relação às áreas de ocupação espontânea têm a ver com a necessidade de *“assegurar a equidade no acesso a infraestruturas, saneamento do meio, serviços, emprego, lazer a todos os cidadãos”*, devendo para tal, realizarem-se operações de Requalificação ou

Regeneração Urbana das áreas de ocupação espontânea, com particular atenção as ocupadas por população de baixo rendimento.

A Lei do Ordenamento Territorial (Lei nº 19/2007 de 18 de Julho) faz o enquadramento jurídico da Política do Ordenamento do Território, e estabelece o sistema de gestão do território organizado em quatro níveis hierárquicos e complementares: nacional, provincial, distrital e municipal (artigo 7º, Lei nº 19/2007 de 18 de Julho). Para todos os níveis de intervenção, os instrumentos aprovados têm efeito de Lei e vinculam todas as entidades públicas, privadas e os cidadãos.

Tabela 4: Caracterização dos instrumentos de ordenamento territorial

Nível de intervenção	Instrumentos de Ordenamento Territorial	Caracterização
Nacional	Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial	Define e estabelece as perspetivas e diretrizes gerais de uso de todo o território nacional
	Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)	Estabelecem os parâmetros e condições de uso de zonas com continuidade espacial, ecológica ou económica de âmbito interprovincial
Provincial	Planos Provinciais de Desenvolvimento Territorial Planos Interprovinciais de Desenvolvimento Territorial	Definem as orientações, medidas e ações necessárias ao desenvolvimento territorial assim como os critérios específicos para a ocupação e utilização do solo de acordo com as estratégias, diretrizes e normas de nível nacional
Distrital	Planos Distritais de Uso da Terra Planos Interdistritais de Uso da Terra	Estabelecem a estrutura da organização espacial do território de um ou mais distritos, com base na identificação de áreas preferenciais e definem normas e regras a observar na ocupação e uso do solo
Municipal	Planos de Estrutura Urbana	Estabelecem a organização espacial da totalidade do território do município, os parâmetros e as normas para a sua utilização, tendo em conta a ocupação atual e a sua integração regional
	Planos Gerais e Parciais de Urbanização	Estabelecem a estrutura e qualificam o solo urbano, tendo em consideração o equilíbrio entre diversos usos e funções urbanas
	Planos de Pormenor	Definem com pormenor a tipologia de ocupação da área urbana, quer para novas áreas ou para áreas existentes, dispondo sobre condições gerais de edificação, traçado de vias, redes de infraestruturas e serviços, fachadas dos edifícios e arranjos dos espaços livres.

Fonte: Lei nº 19/2007 de 18 de Julho

O Decreto nº 23/2008 de 1 de julho (Regulamento da Lei do Ordenamento do Território), estabelece o regime jurídico dos instrumentos de ordenamento territorial, os procedimentos gerais para elaboração e as relações entre as entidades públicas, privadas e os demais cidadãos no âmbito do ordenamento territorial.

A competência de promover e coordenar o ordenamento territorial, é dada aos municípios no nível municipal e ao estado através de seus órgãos aos níveis nacional, provincial e distrital. Em todos níveis, a cooperação entre as entidades públicas e privadas e a participação pública devem ser garantidas durante todo o processo de elaboração IGT e intervenção, assegurando o respeito pelos direitos, liberdades, interesses e garantias dos cidadãos (Artigo 6, Lei nº 19/2007 de 18 de Julho).

3.3. Acesso à Terra

As regras de acesso à Terra em Moçambique são definidas pela Lei de Terras (Lei nº 19/97 de 01 de Outubro), considerado o estabelecido pela Constituição da República (de 2004), segundo a qual, “a terra é propriedade do estado, e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada, e como meio universal de criação da riqueza e do bem estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo povo moçambicano.” (Artigo 109º da Constituição da República).

Embora em Moçambique a terra seja propriedade do Estado, este não tem o papel de adjudicador exclusivo da terra (Negirão, 2004, p22). A Lei de Terras prevê três modalidades de aquisição de direito de uso e aproveitamento da terra: (i) por ocupação segundo normas e práticas costumeiras pelas comunidades locais, desde que não contrariem a Constituição da República, (ii) por ocupação de boa fé, por pessoas singulares nacionais, que estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos, (iii) por autorização de pedido apresentado por pessoas singulares ou coletivas (Artigo 12, Lei de Terras).

O acesso à terra nas áreas rurais é regulamentado pelo Decreto nº 66/98 de 08 de Dezembro (Regulamento da Lei de Terras), e nas áreas urbanas pelo Decreto nº 60/2006 de 26 de Dezembro (Regulamento do Solo Urbano). Enquanto nas áreas rurais é reconhecido o direito de ocupação por normas e práticas costumeiras, na parte urbana só são reconhecidas as ocupações ordenadas por um plano de urbanização.

Em áreas de ocupação espontânea, o direito de uso só pode ser formalmente atribuído aos ocupantes quando exista um plano de (re)ordenamento, e que a ocupação preexistente seja enquadrável no plano.

Não há um procedimento específico para regularização fundiária em áreas de ocupação espontânea, o que perpetua a insegurança e os conflitos de terra. O direito de posse ambíguo é também um constrangimento para as intervenções de regeneração urbana, frequentemente as operações afetam parcelas privadas e há necessidade de negociar com o titular do direito de uso.

Várias pesquisas mostram que a regularização fundiária não é acessível à maior parte dos cidadãos com renda baixa, por falta de informação clara sobre os procedimentos, e os altos custos, incluindo cobranças ilícitas. Apenas uma pequena porção dos ocupantes tem o direito formal de ocupação de terra, por causa da complexidade do processo e taxas altas. Segundo o Banco Mundial e Forjaz Associate Architects (2008) mesmo nas áreas consideradas urbanizadas ou formais, apenas um quarto dos ocupantes tem a situação fundiária regularizada.

O próprio acesso à terra é na maior parte das situações através de mecanismos não oficiais, envolvendo estruturas governativas de nível local, os secretários de bairros e líderes comunitários e venda ilegal da terra. O negócio de terra não está regulado (já que a terra é propriedade do Estado), com altos níveis de especulação e variação de preços para aquisição de lotes especialmente nas áreas suburbanas e cintura verde da cidade (Banco Mundial & Forjaz Associate Architects, 2008). Denota-se uma necessidade de melhorar e simplificar os mecanismos de acesso e registo da terra. Outra constatação é em relação à terra ociosa nos centros urbanos, embora esteja previsto que o direito de posse extingue-se se o titular não iniciar no prazo de dois anos as obras a que se destina o terreno, muitas são as parcelas nos centros urbanos que continuam ociosas. Como resultado, aumenta a especulação dos preços, e a procura de terra em áreas mais distantes dos centros urbanos.

O uso ineficiente da terra contribui não só para inflacionar os preços artificialmente, mas também para o custo e complexidade da provisão de infraestruturas e serviços urbanos. A terra ociosa e que não está à venda contribui para a diminuição da oferta e, numa cidade em que a procura tem vindo a crescer substancialmente, isso faz aumentar artificialmente os preços globais da terra (Banco Mundial - BIRD, 2017).

Há opiniões contrárias em relação à regularização das transações onerosa de direitos de terra: alguns autores argumentam que a regularização do mercado da terra permitiria melhor transparência, ordenamento e uso económico e social sustentável da terra; outros argumentam que a venda da terra agravaria as desigualdades sociais, e agudizaria a marginalização de pessoas de baixa renda. O que parece indiscutível, é a necessidade do Estado e dos Municípios aprimorarem as instituições e os mecanismos de fiscalização da ocupação, do planeamento urbano e financiamento das operações urbanísticas, para travar um processo de urbanização insustentável.

3.4. Municípios e Planeamento Urbano

Um marco importante no processo de urbanização de Moçambique é dado em 1997 com a aprovação da lei de descentralização e criação das autarquias locais, e a constituição, em 1998, dos 33 primeiros municípios. Com as mudanças no sistema de governação, e melhorias na economia, fazem-se sentir algumas melhorias no processo de urbanização das cidades moçambicanas.

Segundo o Regulamento do Solo Urbano (Decreto nº 60/2006 de 26 de Dezembro), constitui solo urbano toda a área compreendida dentro do perímetro dos municípios e vilas, e o seu ordenamento compete aos municípios ou administração distrital, nas vilas não municipalizadas, em colaboração com os órgãos centrais do governo. Os instrumentos elaborados e aprovados no nível municipal são sujeitos a ratificação pelo governo central.

Novos planos municipais são elaborados, pelos próprios governos locais, e são lançadas novas diretivas de desenvolvimento urbano. O Programa de Desenvolvimento Municipal, lançado em 1998, visava (i) criar capacidade técnica; (ii) contribuir para o pleno e eficaz funcionamento das autarquias; (iii) responder e garantir o desenvolvimento das mesmas, através de intervenção em 4 principais componentes: 1) reforma legal e institucional; 2) capacitação Municipal; 3) Apoio às finanças, Gestão urbana, Cadastro e Solo urbano; e 4) fundo de subvenção Municipal (Forjaz et al. 2006).

A lei de finanças municipais (Lei nº 11/97 de 31 de Maio) atribui aos municípios competência para em articulação com o sistema de planeamento central

“delimitar e aprovar áreas prioritárias de desenvolvimento urbano e de construção, com respeito pelos planos nacionais e regionais e pelas políticas sectoriais de âmbito nacional” e a “elaboração e aprovação de planos de desenvolvimento municipal, planos de ordenamento do território ou planos de estrutura, gerais e parciais de urbanização e dos planos de pormenor” (Artigo 24, Lei de Finanças Municipais).

Cabe aos municípios a coleta de impostos e taxas sobre o solo urbano e prédios urbanos, incluindo terra ociosa que tenha os direitos de aproveitamento previamente atribuídos, adicionalmente têm os municípios outras várias responsabilidades incluindo a provisão de transporte público, áreas de lazer, bibliotecas, museus, proteção de pessoas vulneráveis e na resposta a significantes problemas urbanos, como a má qualidade do saneamento, do acesso a água e eletricidade, insegurança pública e de direito de posse de terra.

A capacidade dos municípios para lidar com estas questões é fraca, por limitações financeiras e recursos materiais e défice de técnicos qualificados. Segundo o IESE (2018), o défice técnico é ainda mais

gravoso nas áreas técnicas como o planeamento urbano. Segundo um estudo realizado pela Agencia Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU, 2015), que analisava a situação dos municípios de Moçambique e Brasil, constatou-se que nos municípios de Moçambique o número médio de habitantes por funcionário é de 800 habitantes enquanto que no Brasil é de cerca de dez vezes inferior (80 habitantes). Em termos financeiros, constatou-se que o gasto médio anual por cidadão é de 30 dólares em Moçambique e no Brasil é trinta vezes mais (900 dólares), e segundo o Pordata (2018) nos municípios de Portugal são gastos em média 890 dólares por cidadão por ano.

Os recursos financeiros disponíveis são muito aquém das necessidades de investimento dos municípios. Embora aos municípios sejam atribuídos uma diversidade de instrumentos de financiamento, o contributo das receitas localmente arrecadas é, em média, 25% das receitas globais do município, mantendo uma dependência das transferências do governo central, que em média são 70% da receita total do município (Banco Mundial - BIRD, 2017). As fontes de receita local são altamente subutilizadas, particularmente as baseadas na terra, que representam grande potencial de arrecadação, o Imposto Predial Autárquico (IPRA), Imposto Sobre Transação de Imóveis (IASISA), Taxa sobre Atividade Económica (TAE). Denota-se uma necessidade dos municípios melhorarem a sua capacidade de captação de receitas, para fazerem face aos investimentos necessários para conduzir o desenvolvimento urbano, atualizar e modernizar o cadastro de solo urbano e cadastro fiscal, melhorar e simplificar os procedimentos e mecanismos financeiros, reforçar a capacidade técnica e institucional (IESE, 2018).

Em relação ao planeamento urbano, com a aprovação da legislação sobre o ordenamento do território, os municípios passam a ser obrigados por lei, a elaborar planos de estrutura urbana (PEU), devendo ser revistos decorridos 10 anos da sua vigência (Artigo 64, Regulamento da Lei do Ordenamento do Território). Dada esta obrigatoriedade, a maior parte dos municípios passou a dispor de planos de estrutura urbana, elaborados por consultores externos a custos substancialmente altos.

Embora tenham sido feitos grandes investimentos na elaboração dos PEU, geralmente não têm sido usados para tomada de decisões estratégicas. Há uma tendência de elaborar PEU muito ambiciosos, desfasados das reais capacidades dos municípios para os implementar, e no nível do detalhe, pouco investimento é feito na elaboração de planos de pormenor, que concretizem as determinações dos instrumentos estratégicos.

Tem havido uma falta de compreensão e apropriação dos planos pelo governo local, comunidades urbanas locais e outras partes interessadas, devido à ausência de participação e informações inadequadas, e poucos fundos para a implementação dos planos (Allen, 2006; Development Workshop & Forjaz Associate Architects, 2008). Assim, na maioria dos casos, a gestão do solo urbano ainda não

teve um impacto perceptível no acesso à água, energia, saneamento básico, drenagem eficiente, segurança pública e regularização do direito de posse de terra.

O planeamento urbano clássico se adapta com dificuldade ao contexto moçambicano de baixa capacidade técnica e financeira, e à presença de um grande setor informal. As autoridades municipais não estão conscientes dos mecanismos para lidar com o problema do rápido crescimento populacional, a falta de serviços, os problemas ambientais e a pobreza urbana.

Com o crescimento da taxa de urbanização, é cada vez mais importante recriar a forma de gestão da cidade e dos seus habitantes. O desafio é assegurar que as cidades se possam adaptar para acomodar o rápido crescimento da sua população, melhorando a sua capacidade de exercer eficientemente as suas funções urbanísticas, oferecer habitação condigna, emprego, infraestruturas, vitalidade económica e social assim como salvaguardar o equilíbrio ambiental.

O planeamento urbano em Moçambique deve ser direcionado para as questões mais urgentes. É necessária uma forma de intervenção que leve em consideração a capacidade limitada de planeamento urbano, que auxilie na construção da capacidade técnica e financeira e que possibilite o re(desenvolvimento) das áreas já ocupadas.

As intervenções para o melhoramento ou desenvolvimento devem considerar a complexidade e particularidade que caracterizam áreas urbanas precárias, ações coordenadas devem abranger tanto os aspetos urbanísticos como os outros aspetos que compõem o sistema territorial, nomeadamente, ambientais, sociais, económicos, políticos e culturais.

3.5. Regeneração de Assentamentos Informais

Com o objetivo de estabelecer as diretrizes de intervenção em assentamentos informais, o Governo aprovou em 2011 a Estratégia de Intervenção nos Assentamentos Informais em Moçambique (EIAI,2011), que segue uma metodologia integrada de intervenção, incluindo processos de empoderamento e participação da população (UN-HABITAT, 2016). A estratégia integra-se nas ações do país para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), visando o alcance da Meta 7: “melhorar as condições de vida de pelo menos 100 milhões de habitantes em assentamentos informais até 2020”. O ODM 7 encontra um alinhamento ou por outra uma continuidade na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, mais especificamente no ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis – um compromisso de ação com o objetivo de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros resilientes e sustentáveis.

Este compromisso é reforçado pela Nova Agenda Urbana (2016), das Nações Unidas, cujos países participantes declaram o comprometimento de planejar adequadamente as cidades, priorizando a Regeneração de áreas urbanas degradadas e assentamentos informais precários, para proporcionar infraestruturas, edifícios e espaços públicos de qualidade, promovendo abordagens integradas e participativas que envolvam todos os habitantes e atores relevantes, evitando a segregação e a gentrificação espacial e socioeconómica, e ao mesmo tempo preservando o património cultural e prevenindo e contendo a expansão urbana descontrolada.

A aprovação de uma estratégia nacional de intervenção em assentamentos informais visa conceber uma nova abordagem de planeamento urbano, que sirva de base para a implementação de medidas do governo central na assistência técnica aos municípios. A estratégia enquadra as linhas mestras para guiar a gestão e melhoria dos assentamentos informais e a resolução dos seus problemas para que sejam corrigidas as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o ambiente e a população. Para tal três principais objetivos são traçados:

- (i) Contribuir para o melhoramento do nível de vida dos habitantes dos assentamentos informais, através de criação de infraestruturas e equipamentos básicos;*
- (ii) Reduzir a vulnerabilidade da população residente nestas áreas, em relação as mudanças climáticas;*
- (iii) Corrigir a ocupação desordenada através do planeamento participativo.*

Estes três objetivos estão alinhados com a Nova Agenda Urbana, que preconiza a necessidade de planeamento urbano adequado, priorizando a ocupação de vazios urbanos e a Regeneração de áreas urbanas, incluindo assentamentos informais precários. Proporcionar edifícios e espaços públicos de qualidade, promovendo abordagens integradas e participativas que envolvam todos os habitantes e atores relevantes, evitando a segregação e a gentrificação espacial e socioeconómica, e ao mesmo tempo preservando o património cultural e conter a expansão urbana descontrolada.

A estratégia organiza-se em dois blocos principais, no primeiro são descritos de forma sistemática as características e fatores que concorrem para a formação dos assentamentos informais e no segundo são descritas as medidas estratégicas a serem desencadeadas para melhorar e prevenir os assentamentos informais.

A caracterização dos assentamentos informais na realidade moçambicana, é sintetizada nos aspetos seguintes (EIAI, 2011, p5):

- *Ocupações desordenadas e espontânea;*

- *Acessibilidade deficiente;*
- *Saneamento básico deficiente*
- *Sem água potável suficiente;*
- *Sem habitação segura e durável;*
- *Sem espaço habitacional e coletivo definido.*

Duas principais componentes constituem a estratégia, (i) adoção de medidas preventivas e (ii) adoção de medidas de adaptação, melhoramento e requalificação de assentamentos informais já existentes.

A primeira componente, das medidas preventivas, refere-se à promoção da urbanização de novas áreas de expansão habitacional, com serviços básicos e infraestruturas, como uma forma de prevenir ocupações desordenadas.

A questão é que tanto a Estratégia como na prática, valorizam muito a realização de novos loteamentos nas áreas periurbanas da cidade, com a perspectiva de dotar estas áreas de condições de infraestrutura e serviços melhores que das áreas já ocupadas, o que ocorre é que devido aos altos custos de expansão das infraestruturas e implantação de serviços, para as novas áreas distantes dos centros urbanos, elas mantêm os défices das áreas suburbanas.

A segunda componente, o melhoramento e requalificação de assentamentos informais existentes, refere-se à criação de um mecanismo de apoio para responder às necessidades dos serviços técnicos dos diferentes órgãos locais, trocar experiências, e para casos específicos contratar a capacidade especializada. Propõe a criação de um organismo capaz de construir uma base filosófica para as grandes linhas de orientação do planeamento dos assentamentos informais, e definir as prioridades de intervenção e eventualmente gerir os fundos para a sua requalificação.

Uma série de medidas para melhoramento das áreas degradadas são indicadas, entre as quais destaca-se: (a) *“A inclusão física e social do assentamento informal na estrutura da cidade ou vila”*, (b) *“melhoramento das condições de saneamento, drenagem pluvial, eletricidade, acessibilidade”*; (c) *“criar condições para o empoderamento das comunidades, inclusão social, emprego, segurança pública e segurança de posse da terra”*; (d) *“criar condições para construção de habitação social, centros de emprego, serviços e lazer”* (EIAI, 2011, p13).

As intervenções de requalificação dos assentamentos informais não têm tido expressão significativa, mesmo nos casos em que planos de requalificação são elaborados. Parece haver uma falta de metodologias adequadas para por os planos em prática e a falta de compreensão de uma abordagem flexível e faseada para a implementação, adaptada aos diversos problemas e necessidades das

aglomerações urbanas. Segundo a UN-HABITAT (2016), a implementação da estratégia não regista avanços devido à exiguidade de recursos financeiros incluindo a provisão de infraestruturas e de equipamentos sociais de utilidade pública, nomeadamente o acesso à água, à eletricidade, a transportes, à educação, à saúde e à habitação.

Dos programas de requalificação urbana com efeitos positivos, pode se mencionar as intervenções nos bairros Chamanculo C e George Dimitrov, na cidade de Maputo, iniciados no ano 2011. São projetos pilotos, baseados nas diretivas destas estratégias, cujos princípios gerais visam promover uma articulação efetiva entre a equipa do projeto, as comunidades locais e as instituições, como meio de chegar às soluções dos problemas e as parcerias como forma de consolida-las. Realizar estudos e projetos necessários à urbanização integrada e regularização da área, bem como ações de fomento do desenvolvimento socioeconómico da população e realização de obras sectoriais prioritária. A implementação do programa foi prevista por etapas temporais, constituindo fases sucessivas até a realização integral do plano (Baloi, 2019; António, 2019).

As práticas de planeamento empregues nestes programas devem ser disseminadas como boas experiências de intervenção em assentamentos. As lideranças e técnicos municipais precisam estar informados e treinados na gestão adequada do solo urbano, através de eventos de troca de experiência prática, elaboração de manuais e metodologias específicas para as intervenções nestas áreas. A conscientização do público também é essencial, através da divulgação de informação sobre a legislação, procedimentos e as intenções de intervenção.

O órgão central que deverá prestar apoio aos municípios nas questões do ordenamento urbano, previsto nesta estratégia, não está ainda criado. Este órgão poderá desempenhar um papel primordial na gestão da capacidade humana e recursos materiais e financeiros. Deverá ser um órgão operativo, no sentido de dispor de profissionais qualificados para prover apoio técnico no planeamento urbano, e ajudar a fortalecer os órgãos municipais no planeamento urbano.

CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

4.1. Métodos e Fontes de Informação

Neste capítulo são apresentados os caminhos percorridos para alcançar os objetivos definidos para esta investigação. Em função a estes objetivos e porque se pretendia caracterizar a situação urbanística e elaborar uma metodologia de intervenção para a área de ocupação espontânea do Bairro Liberdade, foi proposta uma pesquisa qualitativa.

Nesta perspetiva, procura se compreender os fenómenos que ocorrem no sistema territorial, a partir da observação direta dos elementos que o compõem, numa perspetiva integrada, e com base nas perceções e experiência dos atores sociais nele envolvidos. Para a recolha e compreensão dos dados, a pesquisa também recorreu a fontes documentais, retratando a área de estudo e sua envolvente.

Com este tipo de abordagem foi possível coletar e analisar os dados que caracterizam de forma sintética a área de ocupação espontânea do bairro Liberdade. Esta caracterização fornece elementos importantes para conceber uma metodologia de intervenção adequada à realidade urbanística do bairro. Assim, para o estudo, a abordagem qualitativa se afigura completa e adequada para levar a bom porto os objetivos definidos no trabalho.

4.1.1. *Pesquisa Bibliográfica*

Consistiu na consulta de fontes secundárias, nomeadamente livros e artigos científicos, relatórios técnicos, instrumentos de ordenamento territorial elaborados e outras bibliografias com informação relevante sobre a cidade de Inhambane e em particular o bairro Liberdade. Esta pesquisa permite coletar dados sobre a área de estudo, assim como reunir informação sobre situações ou padrões de referência considerados aceitáveis, para comparar com a situação da área de estudo instrumentos de recolha de dados.

Uma das vantagens da pesquisa bibliográfica, é que ela permite construir uma noção do processo de evolução do assentamento. A análise deste processo de evolução contribuiu para o entendimento da situação atual, assim como para prever as tendências de evolução futura de forma mais consciente.

4.1.2. Entrevista

Entrevista é uma conversa (estruturada ou semi-estruturada) entre o entrevistador e um entrevistado com o objetivo de extrair determinada informação. Para Lakatos e Marconi (2005), a entrevista é um procedimento utilizado na investigação social para coletar dados, ou ajudar no diagnóstico ou avaliar a percepção dos entrevistados em relação à questão de pesquisa.

Para aprofundar a informação sobre a situação do sistema territorial em estudo, foi aplicado um guião de entrevista para os moradores do Bairro Liberdade. Decidiu-se por um guião com perguntas abertas, que permite aos entrevistados exporem as suas percepções de forma aberta.

A opção pela entrevista semi-estruturada neste estudo justifica-se pelas vantagens que ela oferece, já que recorre aos métodos não focalizados em que as perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador foi mais livre para ir além das perguntas apresentadas e o entrevistado também.

Para fins desta pesquisa, entendeu-se necessário obter informação sob a perspetiva dos atores sociais, agrupáveis em três classes:

- i. **Técnicos municipais**, para efeitos deste estudo, foram considerados fonte importante de informação, por representarem o município, que é a instituição com competência para gestão do solo urbano. Esperava-se recolher informação e percepções sobre a situação atual da área de estudo, intervenções realizadas e programadas, capacidade técnica e institucional para realizar. Foram entrevistados 3 técnicos do sector de urbanização e infraestruturas.
- ii. **Secretário do bairro**, a sua relevância para este estudo é grande, por ser um agente fundamental de governação de nível comunitário. Tem importância na organização social a nível comunitário, e faculta a interação entre a comunidade e as instituições. Representa os moradores na persecução dos seus interesses, e espera-se que detenha informações sobre a realidade do bairro e as necessidades dos moradores.
- iii. **Moradores**, são os beneficiários afetados e atores chave da transformação urbana, as suas percepções e aspirações são importantes para o conhecimento e programação de intervenções. É com esta perspetiva que foram conduzidas entrevistas a 8 moradores do bairro, selecionados de forma aleatória.

Tabela 5: Pessoas entrevistadas

Grupos		Pessoa entrevistada	Data (dia/mês/ano)	Código de Referência
FUNCIONÁRIOS DO CONSELHO MUNICIPAL INHAMBANE	DO	Técnico do Conselho Municipal-1	13/01/2021 30/04/2021	TCMI - 1
	DE	Técnico do Conselho Municipal-2	11/12/2020	TCMI - 2
		Técnico do Conselho Municipal-3	11/12/2020	TCMI - 3
SECRETÁRIO DO BAIRRO LIBERDADE	DO	Secretário do Bairro Liberdade	10/12/2020	SBL - 1
MORADORES DO BAIRRO LIBERDADE		Morador do Bairro Liberdade -1	10/12/2020	MBL-1
		Morador do Bairro Liberdade -2	10/12/2020	MBL-2
		Morador do Bairro Liberdade -3	10/12/2020	MBL-3
		Morador do Bairro Liberdade -4	10/12/2020	MBL-4
		Morador do Bairro Liberdade -5	13/01/2021	MBL-5
		Morador do Bairro Liberdade -6	13/01/2021	MBL-6
		Morador do Bairro Liberdade -7	13/01/2021	MBL-7
		Morador do Bairro Liberdade -8	13/01/2021	MBL-8

Os dados e as percepções obtidos nas entrevistas estão integrados na síntese do diagnóstico da situação atual do bairro Liberdade, a ver no capítulo 6 - Apresentação e discussão dos dados. A análise da situação urbanística do bairro, das estruturas de governação municipal e local, e das percepções dos moradores forneceu a informação necessária para desenvolver uma metodologia de intervenção estruturada de acordo com a realidade da área a intervir, os desafios e oportunidades oferecidas.

4.1.3. *Diário de Campo*

O diário de campo é aplicado para coletar os dados resultantes da observação direta do objeto de estudo. Permite registar a informação recolhida durante as visitas de campo, que será posteriormente analisada. No âmbito deste estudo, foram percorridas as ruas principais e algumas ruas secundárias do bairro. Os dados essenciais para a análise da situação urbanística foram registados em diário, e também foi realizado um levantamento fotográfico.

A observação direta dos fenómenos é fundamental para a compreensão da realidade vivida no bairro, e no caso particular dos bairros informais da cidade de Inhambane, com pouca informação

documentada e atualizada disponível, os dados recolhidos reforçaram o entendimento sobre o sistema territorial em estudo.

4.2. Razões da escolha da Área de Estudo

A ocupação espontânea não ordenada das periferias da cidade de Inhambane, é das principais questões que tem implicado negativamente no seu desenvolvimento. Intervenções de regeneração dos bairros informais poderão, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus moradores, contribuir para aprimorar a qualidade urbanística e ambiental, o desempenho económico e integração social e territorial destes bairros. O bairro Liberdade é um dos assentamentos informais mais próximos da parte central da cidade, e esta proximidade facilitaria a sua integração na estrutura formal da cidade.

A ocupação do bairro está em consolidação, edifícios construídos em materiais precários têm estado a ser substituídos por construções convencionais. Embora a consolidação esteja a ocorrer em quase todos os assentamentos informais de Inhambane, é no bairro Liberdade onde o fenómeno aparenta estar mais acelerado. Com isso, é oportuno desenvolver uma metodologia de intervenção, que possa guiar programas de regeneração capazes de dar resposta aos problemas atuais e prevenir os futuros, assim como maximizar o aproveitamento das oportunidades para o desenvolvimento do bairro.

CAPÍTULO 5 – PROPOSTA DE METODOLOGIA DE REGENERAÇÃO URBANA DO BAIRRO LIBERDADE

5.1. Breve Caracterização da Área a Regenerar

O bairro Liberdade, com 11.866 habitantes (INE, 2017), é dos mais antigos assentamentos informais da cidade e dos mais próximos da área formal. Começa a ser ocupado durante o período da guerra civil, nos anos 1980, por população deslocada das áreas rurais que buscava na cidade alguma segurança. Nessa altura, a ocupação ocorreu de forma desordenada, as construções eram em materiais precários de origem vegetal (estacas, caniço e folhas de palmeira).

Nas ultimas décadas, as habitações construídas em materiais precários têm estado a ser substituídas por construções duráveis. Predominam edifícios para fins habitacionais, com um único piso, em muitos casos resultante de autoconstrução, e por vezes inacabados. No lote onde o edifício principal está construído há, geralmente, vários anexos, que na maior parte dos casos têm usos complementares ao edifício principal, como cozinhas, quartos, casas de banho.

A malha urbana é irregular, com labirintos e ruas estreitas, a maior parte delas não pavimentadas. As infraestruturas e serviços são precários e insuficientes. Há uma forte dependência dos serviços instalados na área consolidada da cidade.

A ocupação informal está presente em boa parte área ocupada da cidade, estima-se que cerca de 80% da área urbana é considerada assentamento informal, resultante da contínua ocupação não regulada das periferias da cidade. A maior parte das ocupações não tem o direito de propriedade formalmente reconhecido.

Nos assentamentos informais da cidade, a renda familiar é baixa, e os índices de desemprego e pobreza são altos. As atividades económicas que mais se destacam são a Agricultura, Pesca e o Turismo. A Indústria é pouco significativa, existem pequenas indústrias, oficinas artesanais, e de agro-processamento de pequena escala.

A administração do município é encarregada aos órgãos autárquicos locais, constituídos por dois tipos de órgãos distintos: (1) O Órgão Deliberativo e Representativo - a Assembleia Municipal, constituída por 39 membros eleitos, em representação das diferentes correntes políticas existentes no município; (2) os Órgãos Executivos – O Presidente do Conselho Municipal que é um órgão executivo singular, e o

Conselho Municipal que é um órgão colegial constituído pelo Presidente e pelos Vereadores por ele nomeados (Cistac, 2012).

No nível comunitário, há uma organização socio-administrativa ou seja uma Liderança Comunitária, reconhecida pelo município. Estas estruturas de governança, em muitos casos tem suas divisões territoriais coincidentes com a dos bairros da cidade, os líderes (secretários) representam os interesses dos moradores perante as autoridades municipais, e apoiam o conselho municipal na interação com a comunidade e na implementação das suas atividades (TCMI-1,2021). De facto, estas estruturas têm papel importante na governação local, estão envolvidas nos processos para o acesso e regularização do direito ao uso da terra, tem informação privilegiada sobre a situação socioeconómica, tem influencia e lideram a organização social local.

O conselho municipal é constituído por 8 vereadores, que respondem pelos seguintes pelouros: (1) Administração e Finanças; (2) Urbanização e Infraestruturas; (3) Transportes e Comunicação (4) Industria e Comércio; (5) Agricultura, Pecuária e Pesca; (6) Ação Social, Cultura e Autoridades Comunitárias; (7) Educação, Juventude, Desporto e Recreação; (8) Saúde, Saneamento do meio e cemitérios (TCMI-1,2021; Estrutura Orgânica do Conselho Municipal de Inhambane).

A Vereação de Urbanização e Infraestruturas, integra os Serviços de Planeamento Urbano, constituídos por uma equipa com 9 técnicos, dos quais 4 têm formação superior em áreas relacionadas ao Ordenamento do Território, Arquitetura e Sistemas de Informação Geográfica, e 5 Técnicos de nível médio nas áreas de Topografia, Ambiente e Construção (TCMI-1, 2021). As intervenções deste serviço são maioritariamente relacionadas à elaboração e implementação de planos para ocupação de novas áreas, e quase nenhuma intervenção nos assentamentos já existentes. A fraca capacidade técnica e financeira, assim como a falta de experiência e medidas adequadas para intervenção nos assentamentos informais, podem ser as principais razões que ditam a ausência de intervenções nestes assentamentos.

Em termos financeiros, o município tem um orçamento anual médio de cerca de 150milhões de meticais (cerca de U\$D2.3 milhões), muito aquém das despesas necessárias para a implementação das suas atividades (TCM-1,2021). O município encara dificuldades para mobilizar receitas próprias, através da cobrança de taxas e impostos a ele atribuído. O Imposto Predial Autárquico (IPRA) que apresenta grande potencial de arrecadação de receita é subvalorizado, o cadastro dos contribuintes está desatualizado e a maior parte dos prédios da cidade estão omissos.

5.2. Pressupostos da Metodologia de Intervenção

Com base nos dados analisados no âmbito deste estudo, as orientações do PEUI (2013) e as diretivas da Estratégia de Intervenção para o Melhoramento dos Assentamentos Informais em Moçambique, assim como a noção dos problemas económicos, sociais e ambientais que têm implicado negativamente no desenvolvimento urbano, propõe-se que a metodologia a ser empregue para a regeneração do bairro Liberdade deverá considerar os seguintes princípios:

- Determinar, com base no conhecimento profundo do sistema territorial, os problemas que afetam o seu desenvolvimento e as oportunidades para melhoria das condições de vida dos seus moradores;
- Estabelecer de forma participativa e transparente, as prioridades das intervenções, para dar aos residentes a noção de se terem apropriado do processo e do projeto;
- Motivar e animar a participação ativa dos residentes e outros interessados em todas as fases do programa, desde os estudos e planeamento à implementação das ações, devendo sempre que possível privilegiar a sua mão-de-obra local;
- Atrair o investimento privado, indispensável para implementar as medidas e animar a economia local;
- Tornar o programa de regeneração um instrumento para a cooperação, parceria e harmonização das intervenções das várias entidades sectoriais públicas e privadas, operando tanto sobre as questões físicas-urbanísticas, como também nos domínios sociais, económicos, político-administrativo, social e ambiental;
- Definir claramente os direitos de propriedade dos ocupantes, e os direitos e interesses das famílias residentes ou indivíduos sobre os seus espaços privados e coletivos;
- Conjugação de ações de melhoria a curto prazo com objetivos de longo prazo, em função da urgência dos problemas e a possibilidade de mobilizar os recursos necessários para as executar.

5.3. Estrutura da Metodologia

A intervenção de Regeneração Urbana do bairro Liberdade deverá ser estruturada em processos sequenciais interdependentes, orientados ao alcance de objetivos de longo prazo. Esta metodologia propõe um ciclo de intervenções estruturadas em 3 principais fases: Realização de Estudos e Planos, Intervenções Urbanísticas Prioritárias e Implementação do Programa de Regeneração Urbana.

Realização de Estudos e Planos – Esta componente compreende as fases do Conhecimento e a Propositiva

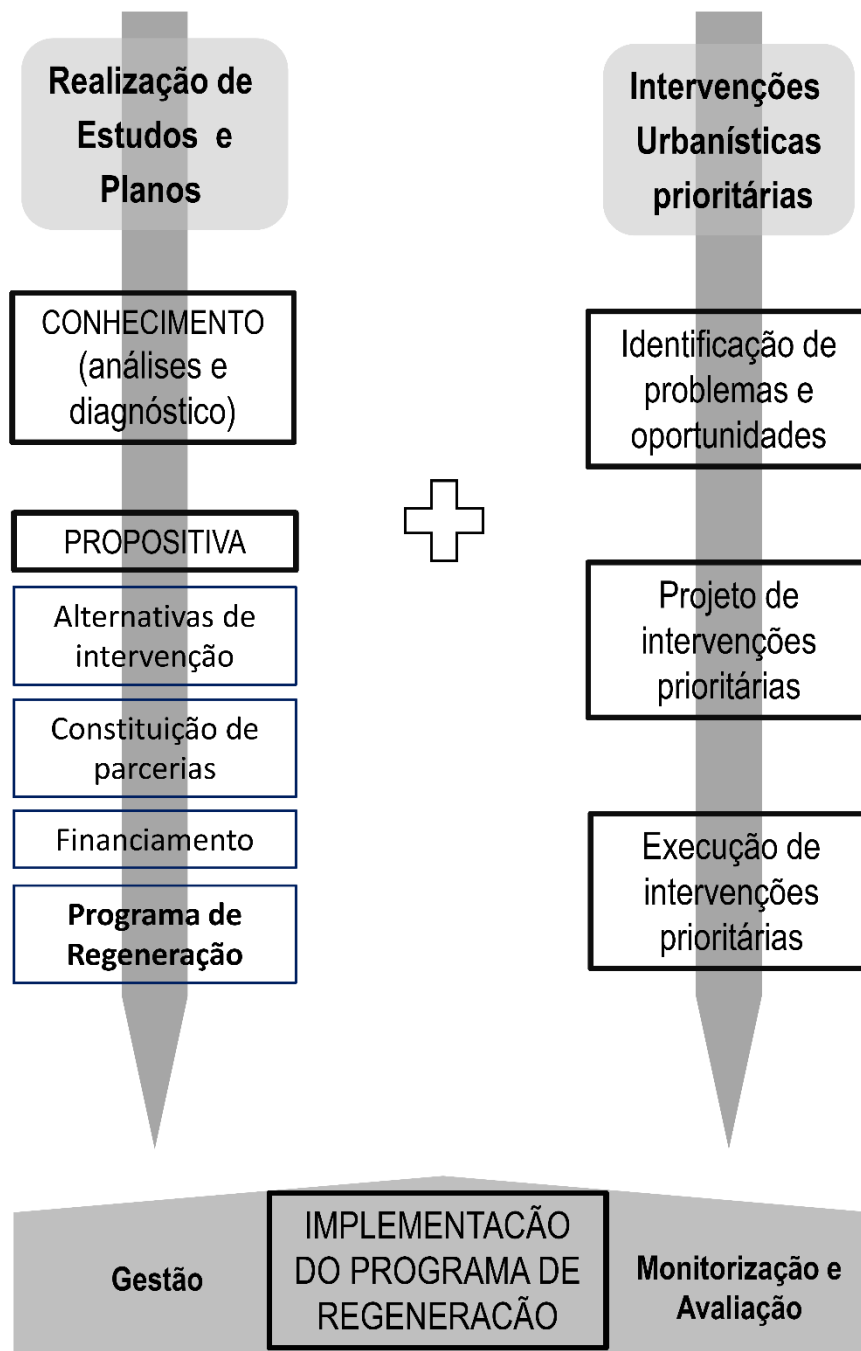
- i. Na fase do conhecimento ou diagnóstico é reunida informação relevante para o conhecimento da realidade e a evolução dos fenómenos que caracterizam o território, a economia, e o comportamento social dos seus habitantes.
- ii. A fase propositiva corresponde à elaboração das propostas de medidas e ações a serem implementadas no âmbito do programa de Regeneração Urbana.

Intervenções urbanísticas prioritárias - Esta componente da intervenção pode ser desenvolvida antes ou em simultâneo à componente de Estudos e Planos, e tem como objetivos:

- i. Resolver os problemas mais urgentes do assentamento informal, e garantir condições urbanísticas básicas;
- ii. Proceder à apropriação e fortalecimento de laços de confiança entre a comunidade e a entidade responsável pelo programa de regeneração urbana, assim como atrair o interesse de parceiros e investidores privados;
- iii. Melhorar a organização dos atores sociais para assegurar uma participação mais adequada durante o processo de implementação do programa de regeneração.
- iv. Criar condições para o reconhecimento e regularização da situação fundiária.

Implementação do Programa de Regeneração – corresponde à execução das medidas e ações previstas na fase propositiva, e a continuidade ou consolidação das obras prioritárias, assim como a monitorização e avaliação das atividades.

Figura 2: Estrutura da Metodologia de Regeneração Urbana proposta



Fonte: Autor (2020)

5.4. Realização de Estudos e Planos

5.4.1. *Conhecimento (análises e diagnóstico)*

Etapa 1 - Ações preparatórias

Nesta etapa, a entidade responsável pelo programa de Regeneração Urbana (Ex. Conselho Municipal) determina o âmbito territorial da intervenção, as intenções do programa, a problemática e as oportunidades que se pretendem tratar (Orea, 2008). São elaborados os termos de referência da intervenção, explicitando os objetivos gerais e específicos, a composição da equipa que elabora o plano, a composição da comissão de acompanhamento (técnicos, institucionais e atores sociais), a relação do plano com instrumentos de nível superior e outros instrumentos elaborados e em elaboração que abrangem a área de intervenção (RLOT, 2008).

Esta etapa é de grande importância para a qualidade da intervenção. As análises primárias e a constituição de uma visão geral sobre o processo a ser desencadeado são cruciais para o entendimento coletivo dos aspetos seguintes:

- i. A situação de partida – Problemas e oportunidades;
- ii. A forma de abordagem – A equipa, as responsabilidades, o orçamento, a forma de trabalhar, os pressupostos, o quadro legal, o alcance, a filosofia para abordar o problema, o cronograma;
- iii. A situação desejada – a visão prospetiva da configuração futura.

A determinação da área a regenerar é influenciada por vários fatores, dentre os quais, a gravidade da situação socio-urbanística e ambiental a ser tratada, o número de pessoas a serem beneficiadas, os impactos sobre outras áreas circundantes e para a cidade, questões administrativas e operacionais (custos, prazos, intervenientes, sinergias).

Embora o programa de regeneração urbana opere em uma área específica, deve ter uma perspectiva territorial mais vasta sobre o sistema territorial onde a área de intervenção está inserida. Esta visão geral permite integrar a área de intervenção num contexto onde há fluxos de influências positivas e negativas. A ponderação destas influências permite identificar ações correspondentes, para evitar a reincidência dos problemas e alargar os benefícios da intervenção.

Etapa 2 – Análise e Diagnóstico Integrado

Nesta etapa é recolhida, tratada e analisada a informação pertinente dos aspetos territoriais e socioeconómicos, de forma a possibilitar a caracterização o mais rigorosa possível do assentamento a

intervencionar, permitindo traçar objetivos e metas a alcançar em função da informação recolhida. O diagnóstico permite conhecer os problemas e o processo de degradação, em função da sua evolução temporal e a tendência futura na ausência da intervenção (Orea, 2008). Visa identificar as potencialidades e oportunidades de desenvolvimento que podem ser capitalizadas para reverter o processo de declínio da qualidade urbanística e por outro identificar os problemas e estrangulamentos ao processo de desenvolvimento a serem corrigidos.

A identificação dos pontos fracos e dos constrangimentos bem como dos pontos fortes e das potencialidades da área a intervencionar deve aproveitar-se da sobreposição entre as leituras técnicas e comunitária. Essas leituras, depois de confrontadas, devem ser sintetizadas em textos e mapas, nos quais se identifiquem as principais tendências, problemas e potenciais conflitos. Os textos e mapas devem ser acessíveis e estarem disponíveis para todos os participantes da elaboração do Programa de Regeneração e os demais interessados.

Pretendendo se uma intervenção integrada, a análise e o diagnóstico abordarão múltiplas áreas temáticas, devendo estar agrupadas nos seguintes campos principais:

- Urbanístico – Ambiental
- Socioeconómico
- Socio-organizativo
- Fundiário.

No campo **Urbanístico-Ambiental** os temas de pesquisa envolvem o mapeamento da área de estudo, o levantamento dos sistemas de infraestrutura urbana, edifícios, serviços e equipamentos, uso e ocupação do solo, dados sobre o meio físico e biótico. As informações coletadas poderão subsidiar o planeamento do uso e ocupação do solo, a proteção das formações vegetais, a recuperação de áreas degradadas, a disposição de resíduos sólidos, aptidão agrícola, entre outros.

O diagnóstico da componente urbanística-ambiental deve contribuir para o conhecimento do processo de degradação física dos elementos que compõem este subsistema, nomeadamente:

- i. Características e funcionamento dos elementos biofísicos no território;
- ii. Evolução temporal da configuração urbana – formas de uso, processos de mudança, caracterização tipológica-funcional;
- iii. Morfologia urbana, densidade de uso do solo, qualidade urbanística;
- iv. Caracterização das carências, limitações e potencialidades da estrutura edificada e dos sistemas naturais existentes.

- v. Avaliação da capacidade do meio físico em acomodar as atividades existentes e as que possam ser propostas pelo programa de regeneração.
- vi. Avaliação da qualidade e condições de acesso a infraestruturas e serviços sociais.

No Campo **Socioeconómico** - as informações sociais, económicas demográficas e culturais constituem as principais temáticas a serem investigadas, devendo ser também priorizado o conhecimento das demandas que envolvem as pessoas mais vulneráveis. A investigação sobre a estrutura populacional na macro área, bem como na área de intervenção, pode revelar o perfil geral dos moradores locais e, consequentemente, direcionar uma série de ações específicas para essas famílias (CMM, 2016a).

A recolha e análise destes dados proporcionam um conhecimento mais detalhado sobre a condição de vida da população, os problemas mais graves por resolver e as capacidades e forças existentes sobre as quais o programa de Regeneração poderá suportar se.

- i. Capacidade da mão de obra (quantitativa e qualitativa) para assegurar as atividades produtivas;
- ii. Comportamentos, culturas e estilo de vida da população, hábitos de consumo de bens e serviços;
- iii. Relações sociais, predisposição para participação e visão coletiva;
- iv. Exclusão social e grupos marginalizados;
- v. Base económica e as principais atividades de rendimento;
- vi. Problemas da retração económica e desequilíbrios intersectoriais;
- vii. Défice de infraestruturas e serviços de interesse social e económico.

Para a dimensão **Socio-organizativa**, os informantes chave, associações comunitárias, organizações e instituições atuantes tanto na macro área como na área de intervenção compõem os temas de investigação. Informações sobre disposições administrativas e legais e sobre intervenções planificadas ou em andamento na área a intervir, são essenciais ao programa de regeneração urbana. Este poderá constituir se como meio de materialização e refortalecimento destas iniciativas, ao enquadra las em um conjunto de ações integradas e multisectoriais.

Finalmente a análise e o diagnóstico deverão tratar de informações sobre a **Situação Fundiária** das parcelas a intervir. A questão do direito de propriedade nas intervenções de regeneração urbana é mais relevante do que em planos de ordenamento de áreas livres de edificações, onde grandes extensões de terra podem pertencer a um único titular de direito de uso.

Nos assentamentos informais, geralmente a situação fundiária não está formalmente regularizada, já que a legislação sobre o solo urbano só reconhece os direitos de propriedade das ocupações em áreas que tenham sido objeto de um plano, embora nos mecanismos informais de nível comunitário, esses direitos são reconhecidos. O levantamento destes dados oferece informação importante para um futuro processo de regularização da posse de terra. O reconhecimento dos direitos de propriedade é essencial para negociação das alterações das configurações dos lotes, compensação ou reassentamentos.

Para além da informação espacial recolhida os seguintes dados são relevantes para a pesquisa:

- i. Tipo de uso do imóvel;
- ii. Estado de conservação do imóvel;
- iii. Informação socioeconómica do proprietário;
- iv. Vias de acesso e infraestruturas a ele conectadas.

É também importante que o processo de pesquisa inclua a avaliação dos interesses dos proprietários em realizar obras nos lotes desocupados ou melhoramentos nas edificações já existentes, para que a conceção do programa de regeneração leve em consideração e proteja os direitos e interesses dos proprietários.

5.4.2. Propositiva

Etapa 1 - Definição dos objetivos e eixos de intervenção

Nesta etapa, são traçados os principais eixos de intervenção para a execução do Programa de Regeneração Urbana, tomado como base as informações do Diagnostico Integrado (CMM,2016a). Nos assentamentos informais os eixos de intervenção podem ser por exemplo:

- Melhoria das infraestruturas e serviços básicos
- Melhoria dos espaços públicos e da qualidade ambiental
- Habitação e habitabilidade
- Emprego e desenvolvimento humano
- Regularização da situação fundiária
- Fortalecimento da organização social e cidadania

Para cada um dos eixos de intervenção, são definidos os objetivos específicos, que expressam os problemas concretos a resolver, ou oportunidades a capitalizar para satisfazer demandas coletivas e

acomodar os interesses de vários atores (institucionais, económicos, sociais) que atuam no sistema territorial.

A formulação dos objetivos deve partir da relação dos problemas e oportunidades identificados pelo diagnóstico. Todo o problema e toda a potencialidade devem ser considerados em pelo menos um objetivo, e todo o objetivo deve atender a pelo menos um problema ou potencialidade. A correspondência não é necessariamente biunívoca, sendo que um objetivo pode visar responder a vários problemas e potencialidades, e um só problema ou oportunidade pode estar contemplado em vários objetivos (Orea, 2008).

Etapa 2 – Geração e avaliação de alternativas

Tendo em conta os objetivos propostos, nesta etapa são propostas as medidas que deverão ser tomadas para alcançar os objetivos, considerando as deficiências, fragilidades e potencialidades apontadas no Diagnóstico Integrado. Uma alternativa é constituída por varias medidas devidamente enquadradas para dar resposta a um ou vários objetivos do programa.

A geração de alternativas é um exercício de criatividade e deve envolver a equipa do projeto, os atores sociais, os beneficiários e outros interessados. Esta etapa procura responder às seguintes perguntas chave: O que fazer? O que não fazer? Como fazer?

As alternativas propostas devem focalizar as zonas críticas e de risco, deficits de cobertura e carências de serviços urbanos, os problemas na estrutura dos assentamentos, inclusive a carência ou a desqualificação do espaço público.

Na componente social, priorizar ações que possam gradativamente contribuir para a melhoria dos índices de desenvolvimento humano e autonomia, envolvendo ações de carácter educativo associadas a políticas públicas estruturais das áreas de educação, saúde, segurança, trabalho e renda, desporto, lazer.

Na componente ambiental-urbanística, as alternativas podem focalizar na melhoria das infraestruturas e provisão dos serviços básicos, abordando: sistema viário, abastecimento de água, drenagem pluvial e residual, eletricidade e iluminação pública e recolha de resíduos sólidos.

Para melhorar a qualidade e selecionar as alternativas mais adequadas, é feita uma avaliação com base na ponderação de critérios adotados. Dessa avaliação pode resultar a necessidade de adotar novas alternativas ou modificar as existentes.

Selecionadas as alternativas mais adequadas, esta deve ser descrita em termos operativos, para além das questões, o que fazer, o que não fazer e como fazer, nesta etapa deve se responder a: Quando fazer? Quem vai fazer? Quem vai financiar? Quem vai controlar?

Esta tarefa é designada planeamento operativo, onde as alternativas de cada eixo temático são detalhadas e identificadas as ações necessárias para sua efetiva implementação. Deve ser expressa em termos de projetos executivos, programas, cronogramas, análise de custos, dimensões, localização das ações, priorização das ações, público alvo entre outros (Orea, 2008).

As alternativas selecionadas devem estar estruturadas de forma integrada, constituindo um plano de intervenção mais amplo de intervenções programáticas, podendo se traduzir em um plano de urbanização ou plano de pormenor urbano. Se a área já possui um plano de urbanização ou de pormenor, as alternativas de intervenção do Programa de Regeneração devem considerar tal Plano como um subsídio para a sua elaboração (CMM,2016a).

5.5. Intervenções Urbanísticas Prioritárias

5.5.1. Identificação de problemas e oportunidades

Nesta etapa são identificadas os problemas e oportunidade passíveis de intervenções simples e localizadas, com potencial de gerar benefícios imediatos ou de curto prazo.

As lideranças comunitárias, que desempenham um papel fundamental no processo de ocupação e gestão destes assentamentos, deverão ser mobilizadas para liderar este processo, que deverá ser conduzido numa base participativa, onde os moradores são os intervenientes principais na identificação dos seus problemas coletivos.

Figura 3: Identificação dos problemas com participação da comunidade



Fonte: UN-HABITAT (2006)

O levantamento dos problemas e oportunidades deve ter o carácter de um diagnóstico simplificado, as principais fontes de informação para a identificação dos problemas são a própria comunidade, instituições e associações baseadas na comunidade, imagem satélite, levantamento de dados (fontes primárias) e os estudos e planos realizados na área de intervenção (fontes secundárias).

Os problemas podem ser relacionados a:

- i. Deficiente acessibilidade às residências;
- ii. Ocorrência frequente de inundações;
- iii. Insegurança pública;
- iv. Espaços Públicos desqualificados ou inexistentes;
- v. Fraca qualidade de abastecimento de água, energia, saneamento e limpeza urbana;
- vi. Direito de posse de terra ambíguo.

Os principais problemas arrolados pela comunidade são inventariados e, sempre que possível, espacializados. Os participantes são motivados a discutir sobre os problemas identificados e os resultados desta discussão são redigidos em ordem de prioridades dos problemas da comunidade.

As oportunidades podem ser de várias ordens, como programas sectoriais, investimentos privados, melhoria do mercado imobiliário, projetos de melhoria dos ramais de infraestruturas, existência de outras instituições e organizações com interesse em intervir nos temas ou na área do programa.

5.5.2. Projeto de Intervenções prioritárias

Etapa 1 – Levantamento das propostas de soluções aos problemas

A comunidade, assistida pela equipa técnica do projeto, propõe possíveis soluções para os problemas e oportunidades identificados. Todas as propostas devem ser consideradas, sistematizadas e organizadas segundo os problemas ou oportunidades a que devem atender.

Etapa 2 – Avaliação e seleção das propostas das propostas

As soluções propostas são discutidas em relação à sua exequibilidade e em respeito aos recursos disponíveis. Outros elementos de avaliação das soluções propostas podem ser o número de pessoas beneficiadas, urgência do problema a atender, possibilidade de gerar efeitos multiplicadores, número de pessoas deslocizadas e os efeitos a médio prazo.

A discussão das soluções deve também incluir a reflexão sobre como a própria comunidade pode contribuir para a sua materialização, e em que aspetos é necessário o envolvimento de outros atores externos à comunidade, para que o plano de intervenção a elaborar no passo seguinte seja o mais verosímil possível.

Ao fim desta etapa, as intervenções a realizar já estão definidas, e a seguir são elaborados projetos de execução das ações necessárias.

Etapa 3 – Elaboração de Projetos

Com base na informação resultante das fases de identificação das intervenções prioritárias à realizar, a equipa técnica elabora os Projetos de Intervenções Prioritárias (PIP), que consistem na descrição detalha do resultados a alcançar e dos procedimentos para o seu alcance, é descrito em termos qualitativos (objetivo, público alvo, localização) como quantitativo (dimensionamento de recursos, estimativa de custos, tempo e fases de execução).

A área de incidência dos PIP é determinada em função a extensão do problema a resolver ou dos limites das unidades administrativas do bairro (Quarteirões) para permitir melhor organização da participação da comunidade e simplificar a execução das ações. Significa que a área de intervenção é dividida em pequenas porções de território, a seguir designadas Unidades Operativas (UO), onde são previstas operações ou obras mais detalhadas, harmonizadas com os objetivos de intervenção em toda a área.

Os PIP são apresentado à comunidade e outros atores sociais de interesse, para possíveis enriquecimentos e contribuições, revisão e sua aprovação.

5.5.3. Execução de Obras

São executadas as ações previstas no PIP, dando preferência à contratação de mão-de-obra local, assim como a aquisição de materiais deve priorizar os fornecedores baseados na área de intervenção.

Sempre que possível, deve ser evitada a deslocalização involuntária de pessoas e atividades. Quando tal se revele imprescindível deve ser para um local próximo ao local de origem. E deve ser assegurado o devido acompanhamento dos afetados e a respetiva compensação.

Figura 4: Exemplo de ação comunitária de reperfilamento das ruas (Bairro Chamaculo C, Maputo)



Fonte: CMM (2016b)

Figura 5: Exemplo de obras prioritárias executadas (Bairro Chamaculo C, Maputo)



Pavimentação da Rua Amaral Matos



Construção de vala de drenagem

Fonte: CMM (2016b)

Com a execução das intervenções prioritárias são criadas as condições básicas para a implementação integral do programa de Regeneração Urbana. Muitas das ações até então implementadas continuam nas fases seguintes ou criam as condições para que outras atividades subsequentes sejam realizadas. A seguir é descrita a componente de Implementação do Programa de Regeneração Urbana.

5.6. Implementação do Programa de Regeneração Urbana

5.6.1. Gestão

Nesta fase, os programas e projetos elaborados na fase anterior são materializados, devendo ser assegurada a execução de acordo com o planeado. Devido aos longos prazos, à intervenção de vários atores e ao grande investimento envolvido na implementação, é importante que seja concebido um esquema de gestão do processo, assistido por uma entidade ou equipa multidisciplinar, responsável pela condução do processo.

Etapa 1 – Constituição da entidade gestora

Esta etapa deve resultar na definição da estrutura da equipa de gestão do plano, as tarefas e responsabilidade coletivas e individuais e os recursos para operacionalizá-la. A constituição da equipa vai variar de acordo com as ações previstas e as exigências técnicas para a sua execução. Os custos e recursos para a sua operacionalização são contabilizados nos custos globais da intervenção.

A gestão da intervenção pode ser realizada pelo próprio Conselho Municipal através de uma equipa multidisciplinar ou por uma entidade externa ao município identificada ou criada para o efeito.

A equipa multidisciplinar do município integra técnicos dos pelouros com interesses no território, e de outras áreas, que em função do esquema de intervenção proposto passam ser impactadas pelas medidas do plano. Quando a capacidade técnica no município é insuficiente, pode-se contratar técnicos ou consultores para suprir o défice. O vereador do pelouro de Urbanização e Infraestruturas ou um técnico do pelouro é responsável pela coordenação da equipa.

A equipa multidisciplinar é diretamente subordinada ao presidente do conselho municipal. A ele é atribuída a competência e responsabilidade sobre a execução e o controlo da implementação do plano. O presidente é coadjuvado por uma Comissão de Acompanhamento, por ele presidida, que integra os vereadores dos pelouros de interesse e representantes dos beneficiários, financiadores, parceiros, instituições e outros atores sociais com interesses na área de intervenção.

Quando não é viável a criação de uma equipa interna, é seleccionada uma entidade externa ou constituída uma equipa técnica responsável pela gestão do plano. Esta subordina-se ao presidente do município, e este é aconselhado pela Comissão de Acompanhamento. É estabelecido um mecanismo de cooperação e coordenação entre a entidade e as equipas técnicas do município, com vista à geração de sinergias positivas, partilha de recursos, experiências e influências.

Compete à equipa multidisciplinar ou entidade de gestão do plano, coordenar a atuação dos atores públicos e privados envolvidos no plano, organizar a participação comunitária e assegurar a execução das ações de acordo com o planeado e a legislação vigente. A equipa de gestão deve procurar estabelecer mecanismos de cooperação e harmonização das suas atuações com as das outras entidades que atuam na área de intervenção.

À entidade de gestão compete ainda o papel de monitorizar, avaliar e informar sobre a evolução das atividades e, quando necessário, propor medidas de adaptação e melhorias da atuação prevista no plano.

Etapa 2 – Conceção de um sistema de gestão

O sistema de gestão consiste no conjunto de normas e procedimentos a serem aplicados na implementação do plano, determinam as relações entre os atores envolvidos, mecanismos para aplicação dos recursos disponíveis, controlo de qualidade e impacto das ações executadas. O sistema de gestão deve ser concebido de tal forma que possa responder entre outras perguntas as seguintes (Orea, 2008):

- i. Como são tomadas as decisões?
- ii. Como deve ser reportada a informação?
- iii. Como são resolvidos os conflitos?
- iv. Como é controlado o andamento do programa?

Sempre que possível é recomendada a gestão partilhada do plano, onde a comunidade tem um papel influente na gestão do plano. A participação comunitária pode ser organizada em grupos temáticos, que são fóruns de discussão, auscultação à comunidade e prestação de informação sobre o andamento do plano. É instalado um centro comunitário, que integra um gabinete de campo, acessível à comunidade, onde os moradores podem interagir com as equipas técnicas, realizar reuniões, expor suas preocupações e ideias (CMM, 2016a).

As lideranças comunitárias e moradores devem ser capacitados a interpretar os documentos técnicos do plano, e que possam ser capazes participar na tomada de decisões e no controlo da implementação das ações. Os instrumentos de controlo devem ser eficientemente criados para favorecer a fácil participação da comunidade no acompanhamento das atividades e avaliação dos seus impactos positivos efetivos da execução do plano.

5.6.2. Monitorização e avaliação

Devido ao grande investimento necessário e aos vários parceiros e organizações envolvidas, é pertinente que o esquema de monitorização e avaliação (M&A) seja capaz de demonstrar os benefícios das iniciativas e ser capaz de apontar as origens e consequências das dificuldades encontradas durante a execução. Ou seja, a monitorização e a avaliação devem estar estruturadas para identificar quais ações foram executadas e quais são os resultados e impactos por elas trazidos.

Um princípio chave das práticas de regeneração urbana, é que ela deve ser flexível, e a M&A é um instrumento que fornece os insumos necessários para a continua adaptação do programa. Medir, monitorizar e avaliar é parte integral do ciclo do Programa de Regeneração Urbana. É necessário acompanhar o andamento do projeto e ajustar o rumo do mesmo onde for necessário, ou investigar os seus efeitos, visando saber se os objetivos foram atingidos, inclusive buscando lições a serem aplicadas em outros projetos (CMM, 2016a; Roberts et al. 2017).

No início do ciclo do programa de regeneração, é importante refletir sobre os melhores métodos de medição, monitorização e avaliação que se aplicam ao programa, considerando entre outros aspetos, as capacidades técnicas, recursos disponíveis, capacidade para coletar dados, organizar e analisar informação.

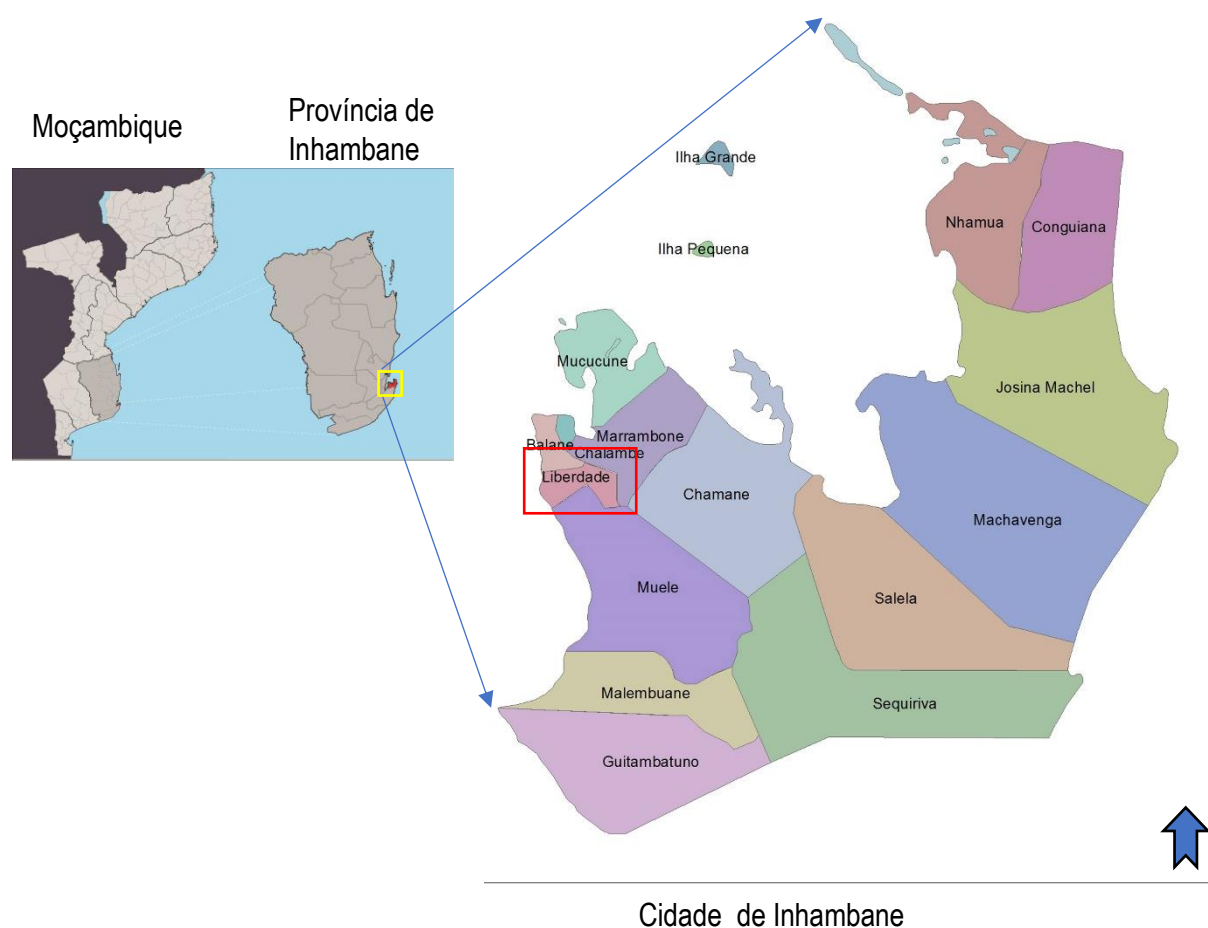
CAPÍTULO 6 – BAIRRO LIBERDADE – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

6.1. Diagnóstico Sintético

6.1.1. Enquadramento territorial na cidade

A cidade de Inhambane situa-se na região sul de Moçambique, é a capital da Província de Inhambane, e ocupa uma superfície 192 km², na parte costeira da província. É administrativamente organizada em 23 bairros, habitados por cerca de 80mil habitantes (INE,2017), a maior parte da população pertence ao grupo Bitonga (Gitonga), e uma parte são Chope (Chichopi) e Mátsua (Xitswa).

Figura 6: Enquadramento territorial da cidade de Inhambane e bairro Liberdade



Fonte: PEUI (2013)

Desde a independência do país (1975) e a eclosão da guerra civil (1976), a cidade de Inhambane, como as outras cidades moçambicanas, observa um rápido crescimento demográfico. Com o fim das restrições do período colonial e a insegurança devido à guerra, a população rural refugiou-se nas cidades onde podia ter segurança e melhores oportunidades socioeconómicas. Com base nos dados dos recenseamentos da população, a Tabela 6 mostra a evolução da população entre os anos 1997 e 2017 e a projeção para 2027.

Tabela 6: Evolução da população da cidade de Inhambane (1997-2017) e projeção para 2027

Ano	População da Cidade de Inhambane				Variação intercensitária (%)		
	1997	2007	2017	2027(projeção)	97-07	07-17	17-27 (projeção)
População	54,147	63,867	82,119	99,299	18,0	28,6	20,9

Fonte: (INE, 2017; Muacuveia, 2019)

A população cresceu em cerca de 18% entre os anos de 1997 e 2007, correspondendo a cerca de 10mil habitantes. No período intercensitário seguinte (2007-2017) a taxa de crescimento foi maior, estimada em 28,6%, correspondente a pouco mais de 18mil habitantes. Este crescimento demográfico implicou o aumento da área urbana construída e sobretudo dos assentamentos informais. Espera-se que em 2027, a população atinja 99mil habitantes.

O bairro Liberdade faz limite com os bairros Balane, Chalambe, Marrambone e Muele e a Baía de Inhambane a oeste. Tem uma localização privilegiada em relação ao centro da cidade, dada a proximidade do bairro à parte consolidada da cidade. Os seus 11.866 habitantes (INE, 2017) têm acesso relativamente facultado aos serviços e equipamentos urbanos que se concentram no bairro Balane, que concentra os principais serviços, equipamentos, negócios instituições públicas e privadas existentes na cidade.

O bairro é atravessado por duas das principais rodovias da cidade, a EN5 e a EN242, importantes eixos de circulação de mercadorias e passageiros, para a cidade e para região envolvente. É ao longo destas vias e na parte norte junto ao limite com o bairro Balane onde ocorreram as primeiras aglomerações de edifícios habitacionais.

Devido a esta proximidade ao centro da cidade, o bairro sofre uma grande pressão da procura de terra para habitação e outros fins. Esta procura favoreceu o negócio de terra, os moradores do bairro, em muitos casos com rendas baixas, são aliciados a vender os seus lotes ou parte destes. Este processo está a resultar na substituição de moradias precárias por moradias convencionais, mas também na substituição do perfil social de baixa renda pelo de renda média. Embora este fenómeno de gentrificação

ocorra a uma escala ainda pouco expressiva, é importante ter em conta esta tendência, que pode aumentar com a melhoria das condições urbanísticas do bairro.

6.1.2. Enquadramento do bairro no Plano de Urbanização de 1967

Entre os anos 1940 e 1960 intensifica-se a construção de equipamentos e arranjos urbanísticos da cidade de Inhambane, assim como de edifícios de serviços e moradias. Em 1956 Inhambane é elevado à categoria de cidade. Em 1967 é elaborado o Plano de Geral de Urbanização de Inhambane, com objetivo de modernizar e revitalizar a cidade (Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, 1990).

O plano enquadra a área ocupada pelo bairro Liberdade na área de expansão urbana projetada, define as principais vias de circulação e as modalidades de ocupação do solo.

Anos antes, nesta área foram construídos o cemitério católico, o hospital, a cadeia e alguns edifícios para habitação de dirigentes e funcionários públicos.

A implementação do plano não foi efetiva, apenas parte dos arrumamentos principais foi implantada. Nos anos 1970, com a independência e a eclosão da guerra civil, o bairro foi ocupado de forma espontânea, sem observação das determinações do plano.

Figura 7: Planta de ordenamento da cidade 1967



Fonte: Boletim do arquivo Histórico de Moçambique (1990)

6.1.3. Enquadramento no Plano de Estrutura da Urbana de Inhambane (PEUI, 2013)

Entre os anos 1970 e 2000, a população da cidade de Inhambane cresceu, de cerca de 5mil habitantes para mais de 50mil habitantes. Neste período o planeamento territorial limitou-se ao loteamento de pequenas áreas na periferia da cidade, o plano de urbanização elaborado em 1993 nunca foi aprovado. Com o crescimento demográfico também crescia a área ocupada pela cidade, contudo de forma não ordenada. Reconhecendo esta situação e a necessidade de regular este crescimento, assim como para responder a determinações legais, o município de Inhambane elabora em 2013, o Plano de Estrutura

Urbana. Um instrumento de carácter estratégico, que estabelece as diretivas gerais de desenvolvimento urbano para 10 anos, cujos principais objetivos são:

- Melhorar a mobilidade e acessibilidade urbana, criar novos eixos viários conectados aos existentes;
- Identificar novas áreas para a expansão ordenada da cidade;
- Definir áreas vocacionadas aos usos residenciais, industriais, para equipamentos e infraestruturas;
- Estabelecer índices e parâmetros urbanísticos, tendo em conta a necessidade de manter áreas livres para verde urbano.

Segundo a classificação do PEUI (2013) existem no bairro 4 formas distintas de ocupação do solo:

- i. Zona Urbanizada – constitui a parte consolidada da cidade (cidade cimento), desenvolvida no período colonial. As ruas são asfaltadas, com infraestruturas quase completas, o uso é misto, concentra a maioria dos equipamentos, serviços, comércio, empregos administrativos. Cerca de 18% da área do bairro é ocupada por esta zona, e nela concentra-se a maior parte dos equipamentos sociais que servem o bairro.
- ii. Zona Semi-Urbanizada – tem uso predominantemente habitacional, em edifícios de baixa altura, construídos de forma desordenada, onde coexistem construções de matérias precários e de materiais duráveis. As infraestruturas são incompletas, a malha urbana irregular com ruas estreitas não pavimentadas. Cerca de 60% do bairro é ocupado por esta zona.
- iii. Zona de lagoas e baixas cultiváveis – são áreas dedicadas à produção agrícola, localizadas em áreas de relevo baixo, junto de cursos de águas superficiais. Há, no entanto, conflitos de uso nestas áreas, a falta de espaços para habitação tem levado à ocupação destas áreas por habitações. Cerca de 12% do bairro é ocupado por esta zona.

Segundo o PEUI (2013) as zonas semiurbanizadas deverão ser requalificadas e integradas na estrutura urbana da parte formal da cidade. Os programas de requalificação deverão objetivar o seguinte:

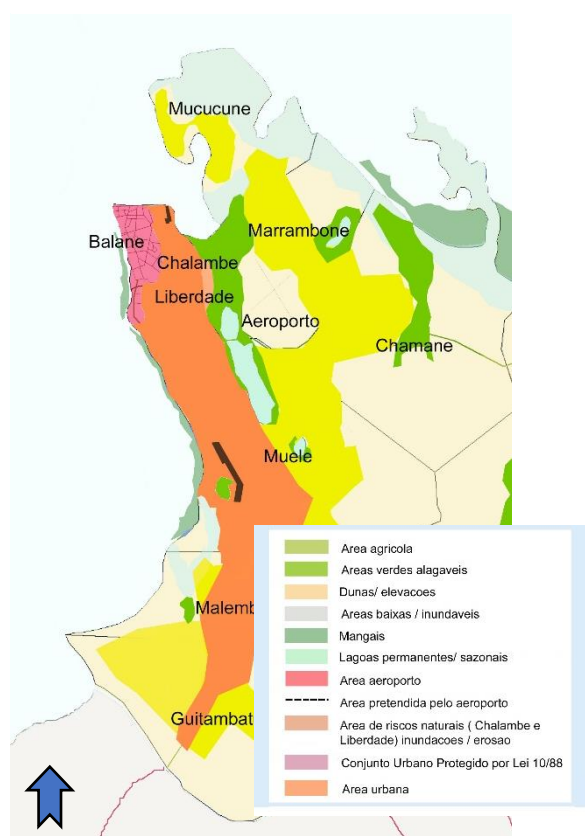
- Conter o seu alastramento;
- Fazer a ligação à rede de infraestruturas da cidade;
- Proceder ao seu reordenamento urbanístico;
- Regularizar o direito de posse de terra;
- Melhorar os serviços, equipamentos de utilidade pública.

Nas zonas de lagoas e baixas cultiváveis, o PEUI (2013) impõe interdições a todas as práticas de destruição do revestimento vegetal, que não tenham fins agrícolas, bem como movimentação de terras que alterem o relevo natural e as camadas superficiais do solo.

São também interditas construções exceto as destinadas ao apoio à exploração agrícola, não devendo ocupar área superior a 5% do total da parcela.

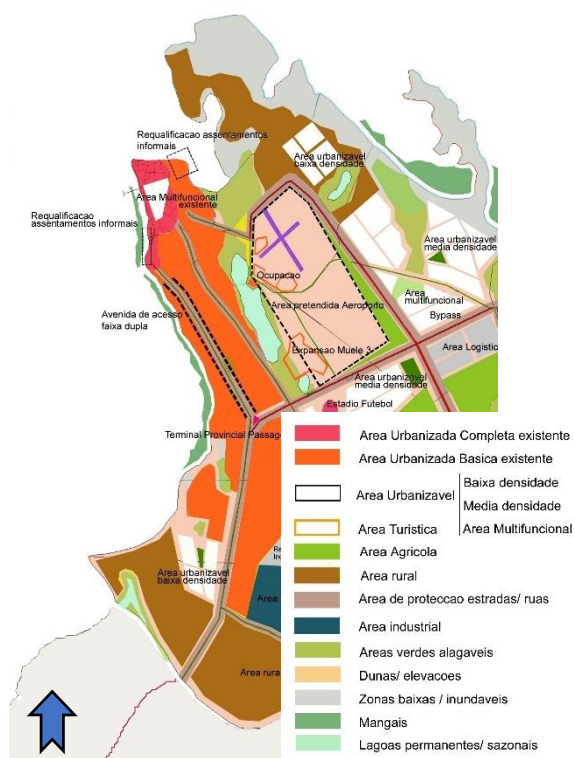
Na área urbanizada, o PEUI (2013) prevê a execução de obras de reabilitação do edificado e arranjos urbanísticos. Considerando que a área é classificada como Conjunto Urbano protegido pela Lei 10/1988, constituído por elementos arquitetónicos e urbanísticos protegidos, as obras deverão obedecer a regulamentação específica.

Figura 9: Planta de situação à data da elaboração do PEUI



Fonte: PEUI (2013)

Figura 8: Planta de ordenamento proposto pelo PEUI



Fonte: PEUI (2013)

6.1.4. Aspetos geomorfológicos e topográficos

A formação geomorfológica da região onde se encontra a cidade de Inhambane esta associada ao Ciclo do Congo, formada por sedimentos do Terciário e Quarternário, podem se distinguir duas unidades litoestratigráficas relacionadas com movimentos eustáticos típicos da região litoral de Moçambique, as formações dunares e a eluvião argiloso-arenoso (Azevedo, 2014).

As formações dunares, constituídas por solos arenosos de granulometria grossa, de cor branca e castanha, de boa permeabilidade, ocorrem ao longo da linha da costa. A formação aluvionar argiloso-arenoso, com grande percentagem de material argiloso, e baixa permeabilidade, ocorre na parte mais interior do município (Azevedo, 2014).

O relevo característico da cidade é a planície de baixa altitude, com algumas áreas elevações dunares de pouca expressão na parte sul do município e algumas áreas de depressão na parte noroeste (Fernando, 2013).

Embora o município de Inhambane esteja localizado no litoral com significativas reentrâncias e saliências, apresenta poucos recortes por linhas de água interiores. Destacam se os rios Guia a sul no limite com o distrito de Jangamo, e as lagoas Pembane, Chivanene, Cumbe, Malongue (Fernando, 2013).

O bairro Liberdade apresenta essencialmente um relevo plano, com declives de pouca expressão. Ocorrem na parte norte do bairro áreas de depressão, que associadas aos terrenos essencialmente argilosos de baixa permeabilidade, ficam sujeitas a inundações nos períodos chuvosos. Com o aumento de construções e ausência de um sistema de drenagem pluvial, estas áreas são consideradas de risco de cheias.

6.1.5. Clima e Vegetação

O clima de Inhambane é tropical húmido, caracterizado por duas épocas do ano, correspondentes às épocas seca e das chuvas. A temperatura média anual varia entre os 20.3°C e 26.9°C, a média mínima é registado no inverno, no mês de Julho e a Máxima no verão, no mês de Janeiro (Azevedo, 2014). A estação chuvosa e quente vai de Novembro a Abril e a seca e fresca de Maio a Outubro. A humidade relativa do ar varia entre os 67% e os 76% (PEPI, 2011).

Predominam ventos provenientes do sul, com uma velocidade média de 5 a 8Km/h, em eventos críticos atingem entre 75 a 140km/h (Azevedo, 2014)

O município de Inhambane caracteriza-se por uma vegetação de mangal, constituído por formações lenhosas, geralmente arbustivas ou arbóreas de pequeno porte que habitam em terrenos mais ou menos lodosos das margens dos estuários e reentrâncias da costa (PEPI, 2011).

Os mangais constituem um ecossistema de valor especial, são altamente importantes porque providenciam habitat para espécies de camarão, peixe e bivalves. Atuam como filtros biológicos das zonas de estuário e reduzem significativamente a taxa de sedimentos que entram nas águas da baía, assegurando estabilidade para a configuração da linha costeira.

A densidade e área de mangal tem estado a reduzir. A exploração de lenha e materiais para a construção e o avanço das ocupações contribuem para essa destruição.

Figura 10: Mangais



Mangais



Construções em áreas de Mangais

Fonte: Autor (2020)

Na parte da área de estudo ocupada por construções, a vegetação natural foi substituída por árvores de fruta, predominando o coqueiro (cocos nucífera) e a mangueira (*Mangifera indica*). Não há praticamente presença de espécies arbustivas e os revestimentos herbáceos são pontuais.

A zona baixa húmida é explorada para a produção agrícola (Figura 11 em virtude da sua aptidão morfológica e climatérica propiciar esta prática. Entretanto sofre pressão da procura por terra para habitação, as construções têm estado a avançar em direção a estas áreas. Há necessidade de assegurar a regulação e fiscalização da sua ocupação.

Figura 11: Fruteiras



Vegetação na área residencial



Áreas de agricultura

Fonte: Autor (2020)

6.1.6. Infraestruturas

Abastecimento de água

Estima-se que cerca de 30 por cento dos moradores do bairro têm acesso a água através de uma ligação domiciliar dentro de casa, e 50 por cento através de uma torneira no quintal, e 20 por cento através de fontanários e/ou outras fontes (TCMI-3,2020).

O sistema de abastecimento tem limitações, a única estação de tratamento de água da cidade não satisfaz as necessidades diárias, o abastecimento é interrompido várias horas ao longo do dia. Com o crescimento da população e demanda por água, o sistema de tratamento e abastecimento tornou-se ineficiente. Segundo a entidade responsável pelo abastecimento de água à cidade (FIPAG), está planejada uma operação de modernização e ampliação do sistema de captação e tratamento da água.

Figura 12: Abastecimento de água



Fontanário coletivo



Ligação domiciliar

Fonte: Autor (2020)

Para suprir o déficit de abastecimento de água, têm estado a surgir pequenos fornecedores privados, com furos e bombas de captação dentro dos próprios quintais onde residem, e distribuem água para alguns vizinhos mais próximos. Muitas vezes os furos estão construídos de forma deficiente, estando sujeitos à contaminação pelas águas sujas à sua volta. Por outro lado como os furos estão dentro dos quintais há muitos casos em que não é respeitada a distância mínima obrigatória entre o furo e as latrinas, estradas, zonas de lixo etc. Esta situação aumenta a vulnerabilidade dessas fontes à contaminação antropogénica, potenciando os problemas de saúde pública (PEUI,2013).

Energia elétrica

Cerca de 75 por cento dos agregados familiares vivendo nos bairros urbanos da cidade tem ligação à rede elétrica (INE, 2015). Os 8 moradores entrevistados responderam ter no domicílio uma ligação de energia elétrica, e 6 destes relataram constantes interrupções de fornecimento como um grande constrangimento. Como resultado da má qualidade do fornecimento de energia, há constantes avarias de eletrodomésticos e aumenta o risco de incêndio.

Segundo TCMI-3 (2020) o principal obstáculo para a qualidade das ligações são as ruas irregulares e estreitas, que impedem a instalação de ramais estruturantes e postos de transformação. As ligações atuais são precárias, os condutores aéreos são suportados por postes de madeira improvisados.

Figura 13:Elementos da Rede de Eletricidade



Posto de transformação



Posto de distribuição

Fonte: Autor (2020)

Rede viária

O bairro Liberdade é atravessado pela principal via de acesso à cidade, a EN5, também designada por Avenida Maguiguana, que liga a cidade de Inhambane à principal estrada do país EN1, no vizinho distrito de Jangamo. Outras 3 vias estruturantes, Rua Branca, EN242 e Rua Sequiriva, asseguram a ligação do bairro às restantes partes da cidade.

Avenida Maguiguana e EN242 – com largura de 12 metros, são asfaltadas, o estado de conservação do pavimento está degradado, e tem beneficiado de pequenas obras de reparação pontual. São as únicas vias do bairro por onde circulam transportes públicos de passageiros ligando o centro da cidade aos bairros periféricos. Não têm passeios para peões, e nem árvores de sombra. A iluminação pública é deficiente, a sinalização de trânsito e toponímia quase inexistentes.

Ruas Branca e Sequiriva – com 6 a 10 metros de largura, as vias são pavimentadas em blocos de pavês, em bom estado de conservação. Os passeios não são arborizados e nem iluminados. A sinalização de trânsito é deficiente, e sem topónimos. Estas ruas, embora possibilitem tráfego de viaturas, não passam por elas transportes públicos.

As vias secundárias são arruamentos que fazem ligação no interior do bairro, não são pavimentadas, a largura varia de 3 a 6m, traçado irregular e circulação automóvel limitada.

Os caminhos pedonais (Figura 14), são muitas vezes bastante estreitos, com largura inferior a 3 metros. Para além dos problemas de mobilidade e qualidade urbanística, dificultam a provisão de serviços, como a circulação de viaturas de socorro, recolha de resíduos, instalação de rede de infraestruturas adequadas e outros.

Figura 14: Perfil das Ruas



Caminhos pedonais (2-3m)



Erosão em caminho (2-3m)



Ruas secundárias (3-6m)



Rua Secundaria alagada (3-6m)



Rua Branca (6-10m)



Rua Sequiriva (6-10m)

Fonte: Autor (2020)

As vias secundárias e caminhos pedonais são ruas não pavimentadas, estreitas, com traçado irregular, muitas delas sem acesso para automóvel. Por não serem pavimentadas, o piso está sujeito a deformidades por erosão e a estagnação de águas pluviais por longos períodos.

Figura 15: Ruas Primárias e Secundárias



Fonte: Autor (2020)

Saneamento e Drenagem

A cidade não dispõe de sistema coletivo de recolha e tratamento de águas residuais domésticas. Os resíduos são tratados a nível domiciliar, uma parte através de latrinas e outra através de sistema de fossa séptica e poço absorvente (dreno). A instalação de infraestruturas coletivas de recolha de águas residuais, como de outras infraestruturas, está relacionada com a intensidade do uso, em áreas de construção horizontal não tem sido viável, o número de famílias beneficiárias é reduzido e também é a sua capacidade para suportar os custos da execução e manutenção do sistema.

Em relação às águas pluviais, apenas a área formal da cidade dispõe de um sistema de drenagem das águas pluviais, através de valas de drenagem que descarregam diretamente na baía (TCMI-3,2020). Na área de estudo as vias são maioritariamente não pavimentadas. Problemas como erosão e alagamento das ruas são frequentes nos períodos mais chuvosos.

Áreas de risco de inundação ou erosão, são demarcadas na planta de uso do solo do PEUI (2013), ocupam a parte norte do bairro. A ocupação espontânea e o aumento de áreas impermeabilizadas, assim como a ausência de sistemas de drenagem, aumentam a vulnerabilidade destas zonas. Segundo o PEUI (2013) estas áreas são objeto de planos específicos, embora na realidade não tenha sido realizada nenhuma intervenção.

6.1.7. Equipamentos e serviços públicos

Equipamento de educação

No perímetro do bairro e sua envolvente mais próxima há equipamentos de ensino dos níveis pre-escolar, primário, secundário e técnico profissional. A única instituição de ensino superior, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo (ESHT) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) está a uma distância de cerca de 3 quilómetros do bairro.

Nível primário:

Escola Primária Completa 1 de Maio

Escola Primária do Primeiro Grau Chienguene

Escola Primária completa S.O.S

Nível Secundário:

Escola Secundária 3 de Fevereiro

Escola secundária de Muele (localizada na área de influencia)

Escola secundária Emília Dausse (localizada na área de influencia)

Instituto técnico profissional Eduardo Mondlane (localizado na área de influencia)

Figura 16: Localização dos equipamentos de Educação

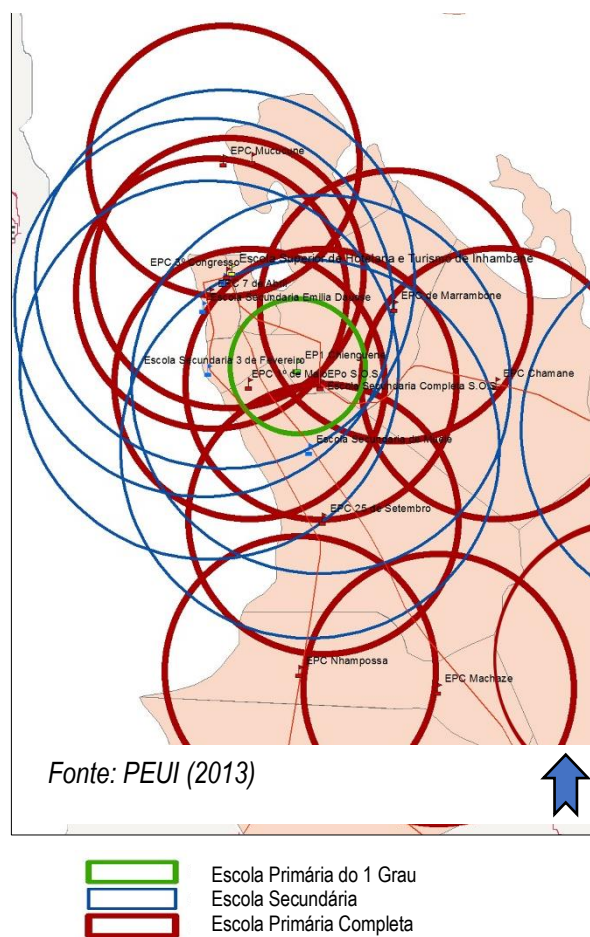


Figura 17: Equipamentos de Educação



Escola Primária Chienguene



Escola Primária 1 de Maio

Fonte: Autor (2020)

Embora os dados indiquem uma cobertura territorial satisfatória, não foram analisados dados relacionados ao número de crianças com idade escolar que frequentam a escola, número de alunos por turma, o rácio professor/aluno.

Em relação ao ensino pré-escolar, existe apenas 1 centro infantil na área de estudo, e um segundo na área envolvente, ambos de gestão privada. Por ser um serviço pago, poucas são as famílias com capacidade financeira para aceder ao serviço.

Equipamentos de Saúde

No bairro Liberdade localiza-se o Hospital Provincial de Inhambane, o maior centro sanitário da província. O bairro também é servido pelos centros de saúde de Muelé e Balane, nos bairros vizinhos.

Não há no bairro e na área de influência, qualquer centro sanitário privado. No sector de saúde, funcionam na cidade de Inhambane apenas serviços públicos, com a exceção de 4 farmácias privadas.

Há no bairro duas farmácias privadas, além das farmácias públicas instaladas no hospital e nos dois centros de saúde.

Figura 18: Localização das instalações sanitárias



Fonte: PEUI(2013)

Equipamentos desportivos e de recreação

Os equipamentos desportivos existentes pertencem a instituições de ensino, sendo o acesso condicionado. Há também um pequeno campo de futebol improvisado. Na área de influencia imediata, há um campo de futebol e uma pista de atletismo que serve este e outros bairros próximos.

De facto há um défice de equipamentos de recreação, as áreas de lazer são praticamente inexistentes. Não estão previstas áreas para parques e jardins públicos.

Durante a visita ao bairro, identificou se uma árvore com valor cultural para os moradores, onde pessoas de várias idades se encontram para interações sociais.

Figura 19: Áreas de Lazer



Area de lazer



Praia

Fonte: Autor (2020)

As áreas de lazer mais frequentadas são as praias e as praças e locais de recreação localizados na parte formal da cidade, no vizinho bairro Balane, onde concentra se a maior parte dos espaços públicos e das atrações culturais da cidade, desde os arranjos urbanísticos e edifícios do período colonial, praças públicas, museus, jardins e paisagens.

Mercados

Os dois mercados existentes estão em mau estado de conservação e têm má organização, os vendedores invadem as vias de circulação de peões e viaturas. É necessária uma intervenção, para melhorar a higiene e segurança dos vendedores, compradores e dos produtos comercializados.

- Mercado Mafurreira
- Mercado Gindolo

Figura 20: Mercados



Mercado Mafureira



Mercado Gindolo



Mercado Gindolo

Fonte: Autor (2020)

Recolha e tratamento de Resíduos sólidos

Os serviços de recolha de resíduos sólidos na cidade de Inhambane são de responsabilidade da Vereação de Urbanização, Meio Ambiente e Água Potável do Conselho Municipal, e conta ainda com o apoio da Associação de Limpeza e Meio Ambiente (ALMA), dedicada à recolha selectiva. Segundo TCMI -1 (2021) são recolhidas 36 toneladas de resíduos sólidos por dia na cidade, constituídos principalmente por materiais vegetais (folhas e ramos de arvores), sobras de alimentos, plásticos, vidro, papel, lata e areia. Para prestação deste serviço, o conselho municipal dispõe de 2 camiões basculantes e 2 tratores com atrelado, 75 trabalhadores nas áreas de recolha, varredura e deposição final dos resíduos sólidos (TCMI-2020).

A cobertura do serviço de recolha de resíduos nas áreas periurbanas é de apenas 30 por cento. Os resíduos não recolhidos pelos serviços municipais, são queimados ou depositados em covas improvisadas (TCMI-2,2020). Durante a visita realizada à área de estudo, constatou se uma forma de tratamento dos resíduos ainda mais preocupante, o depósito nas áreas húmidas de mangal, perigando ecossistemas de grande importância para a vida marinha e proteção da costa.

Figura 21: Resíduos sólidos depositados em mangais



Resíduo sólidos em mangais



Resíduos sólidos em mangais

Fonte: Autor (2020)

Para o acondicionamento dos resíduos, existem na área de estudo 3 pontos de recolha, em mau estado de conservação, os contentores metálicos preexistentes já não são lá colocados, e os resíduos depositados acumulam se no entorno da estrutura.

Figura 22: Pontos de Recolha de resíduos sólidos



Ponto de Recolha



Aterro Sanitário

Fonte: Autor (2020)

Uma parte dos resíduos plásticos, vidro e metal, é destinado à reutilização e reciclagem, e o município conta com o apoio da associação ALMA para endereçar às empresas interessadas (TCMI-2,2020). A parte que não se destina à reutilização e reciclagem é transportado em tratores e camiões para o aterro municipal.

CAPITULO 7 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANISTICA PRIORITÁRIA

7.1. Identificação de Problemas e Oportunidades

Realizado o levantamento dos dados nas diversas temáticas, apresenta se a seguir uma síntese das constatações com base na avaliação destes dados.

Tabela 7: Síntese dos problemas e potencialidades do Bairro Liberdade

	Potencialidades	Problemas/Vulnerabilidades
URBANISTICA	<p>Proximidade à parte formal da cidade facilita a integração urbana;</p> <p>Existência de vias estruturantes que ligam o bairro a outros pontos da cidade;</p> <p>Uma boa parte das construções é em materiais leves de fácil remoção;</p> <p>Interesse privado em melhorar as condições das habitações;</p> <p>Existência espaços livres para novas construções no bairro.</p>	<p>Malha urbana irregular com arruamentos estreitos, labirínticos e de difícil mobilidade;</p> <p>Habitação precária, resultante da autoconstrução e utilização de materiais de fraca consistência;</p> <p>Predominância de edifícios com um piso reduz a intensidade do aproveitamento do solo;</p> <p>Não observação de afastamentos mínimos, e de critérios de conforto nas construções;</p> <p>Arranjos urbanísticos e espaços coletivos quase inexistentes;</p> <p>Uso residencial quase exclusivo;</p> <p>Fraca capacidade financeira do município para apoiar as despesas de intervenção urbanística.</p>

	Potencialidades	Problemas/Vulnerabilidades
INFRAESTRUTURAS	<p>Existência de rede pública de abastecimento de água;</p> <p>Existência de rede principal de distribuição energia elétrica;</p> <p>Passagem de vias rodoviárias principais de ligação aos vários pontos da cidade.</p>	<p>Abastecimento de água irregular, com déficit na quantidade e na qualidade;</p> <p>Ramais com secções reduzidas e comprimentos longos, resultando em roturas e elevadas perdas;</p> <p>Rede de distribuição de energia precária;</p> <p>Má qualidade da corrente elétrica fornecida ao consumidor;</p> <p>Falta de iluminação pública na maior parte das ruas;</p> <p>Rede viária precárias (ruas estreitas e sinuosas, não pavimentadas, e mobilidade deficitária);</p> <p>Ausência de sistemas de drenagem de águas pluviais;</p> <p>Ausência de coletores de águas residuais domésticas.</p>
SERVICOS PUBLICOS	<p>Boa cobertura da rede escolar primaria e secundaria;</p> <p>Existência de serviços de saúde (Hospital provincial) na área do bairro e na área de influencia (Centros de Saúde de Muelé e Balane);</p> <p>Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos;</p> <p>Existência de áreas de lazer passíveis de reabilitação e de melhorias;</p> <p>Proximidade à praia.</p>	<p>Serviços de recolha de resíduos sólidos cobrem apenas 30% da demanda;</p> <p>Tratamento inadequado dos resíduos sólidos, como enterrar, queimar, depositar na zona do mangal</p> <p>Serviços de educação infantil insuficientes;</p> <p>Fraca qualidade de espaços públicos</p> <p>Áreas de lazer quase inexistentes.</p>
SOCIAL	<p>Existência de uma estrutura de governação local reconhecida por todos;</p> <p>Existência de instituições de caridade (ex. SOS crianças).</p>	<p>Níveis altos de criminalidade;</p> <p>População com baixa renda;</p> <p>Baixos níveis de escolaridade e capacidade profissional;</p> <p>Altos níveis de desemprego;</p> <p>Título de propriedade ambíguo e ausência de regularização fundiária.</p>

	Potencialidades	Problemas/Vulnerabilidades
BIOFÍSICA	<p>Existência de uma rica diversidade de árvores de grande porte;</p> <p>Parte do mangal em bom estado de conservação;</p> <p>Declives favoráveis à drenagem pluvial;</p> <p>Existência de áreas favoráveis à agricultura.</p>	<p>Alta vulnerabilidade a eventos climáticos extremos (ciclones, cheias, etc.);</p> <p>Destruição do mangal para produção de lenha e materiais de construção;</p> <p>Ocupação das áreas de mangal para construção de moradias</p> <p>Ocupação de bacias inundáveis</p> <p>Abate de árvores de porte significativo para a construção de edifícios.</p>

Fonte: Autor

7.2. Projeto de Intervenções Prioritárias

Com base nos problemas e potencialidade identificados, são propostas possíveis soluções. A seguir são descritas as ações propostas, que serão avaliadas e selecionadas em função a prioridade e a disponibilidade de recursos para sua execução:

- a) Integração do Bairro Liberdade na estrutura urbana formal da cidade –
 - Redefinição do perfil dos arruamentos secundários, prevendo faixas de rodagem para um mínimo de duas viaturas, passeios e estacionamento, sempre que possível.
 - Instalação de ramais estruturantes de infraestruturas de água e eletricidade nas principais vias;
 - Redefinição do traçado das ruas, melhoria dos cruzamentos, da segurança e do pavimento;
- b) Melhoria da mobilidade e acessibilidade no interior do bairro
 - Estabelecimento de um programa participativo de realinhamento dos limites dos lotes, e alargamento das ruas estreitas selecionadas.
 - Promoção de novas rotas de transportes públicos nas vias secundárias onde não existam;
 - Melhoria das vias exclusivas para peões, arborizar e sinalizar, iluminar e alargar o perfil;
 - Criação de espaços públicos e melhorar os existentes, para fortalecer a identidade local.
- c) Reabilitação das infraestruturas públicas
 - Melhoria da rede de distribuição de água, tanto nos ramais principais como nas ligações domiciliares;

- Definição de um plano de drenagem das águas pluviais, com destaque para as zonas mais propensas a alagamentos;
 - Melhoria das infraestruturas de distribuição de energia elétrica;
 - Introdução de rota de transportes públicos na rua Rua Sequiriva.
- d) Reordenamento do uso e ocupação do solo
- Estabelecimento de índices e parâmetros urbanísticos a serem observados na intervenção;
 - Incentivo à concentração e intensificação do aproveitamento do solo, e à diversificação dos tipos de uso;
 - Identificação de áreas a fomentar a construção de habitações coletivas acessíveis para a população de baixa e média renda;
 - Promoção da construção de habitação coletiva;
 - Conceção de um programa de negociação de famílias que passarão a viver no mesmo lote, em habitações multifamiliares em altura;
 - Identificação de terrenos vocacionados à instalação de serviços sociais, infraestruturas e outros usos complementares à habitação;
 - Restrição à ocupação de áreas ambientalmente sensíveis e outros riscos;
 - Regeneração de áreas degradadas do mangal;
- e) Promoção o desenvolvimento socioeconómico
- Incentivo a iniciativas de geração de trabalho e renda;
 - Integração do sector informal na estrutura socioeconómica existente;
 - Promoção da educação e capacitação profissional;
 - Melhoria das instalações e as condições de funcionamento dos mercados.

7.3. Execução de Intervenções Prioritárias

Para exemplificar a metodologia proposta, são avançados dois Projetos de Intervenção Prioritária (PIP), a serem executados em duas parcelas ou subdivisões do bairro, Unidades Operativas (UO), localizadas:

- na área residencial, intervindo sobre a rede viária e a malha urbana;
- na área do mangal visando preservar a integridade do seu ecossistema e recuperar as áreas degradadas.

Na área residencial os PIP propostos visam o **realinhamento dos limites dos lotes, e alargamento das ruas**. Os benefícios imediatos potenciados por esta ação são múltiplos: a melhoria da acessibilidade no interior do bairro, permitir a circulação de viaturas privadas e de prestação de serviços (bombeiros,

ambulâncias, recolha de resíduos), a instalação de ramais de redes de infraestruturas, melhoria da segurança pública e criação das condições básicas para a regularização do direito de propriedade.

A **regeneração das áreas degradadas do mangal** prevê regular o uso do solo, e realizar ações para proteção e restauração do mangal, com participação ativa das comunidades locais. Os benefícios que se esperam desta intervenção são, a deslocalização de famílias das áreas sensíveis e de risco, para áreas seguras no interior do bairro, melhoria dos serviços de ecossistema providos pelo mangal, particularmente a proteção da linha costeira de eventos climáticos extremos, como ciclones e marés equinociais, assim como a manutenção da biodiversidade de espécies marítimas, o que virá a impactar positivamente a situação socioeconómica das comunidades locais e da região (MIMAIP,2018).

7.3.1. Proposta de intervenção na área residencial – UO - 1

A UO - 1 ocupa uma área de aproximadamente 1.6hectares, com 28 lotes e 145 habitantes. A ocupação é desordenada, com uso predominante residencial, tanto em edifícios construídos em materiais convencionais como em materiais precários. A acessibilidade é deficitária, as ruas são estreitas, parte delas sem possibilidade de circulação automóvel.

Figura 23: Localização UO – 1



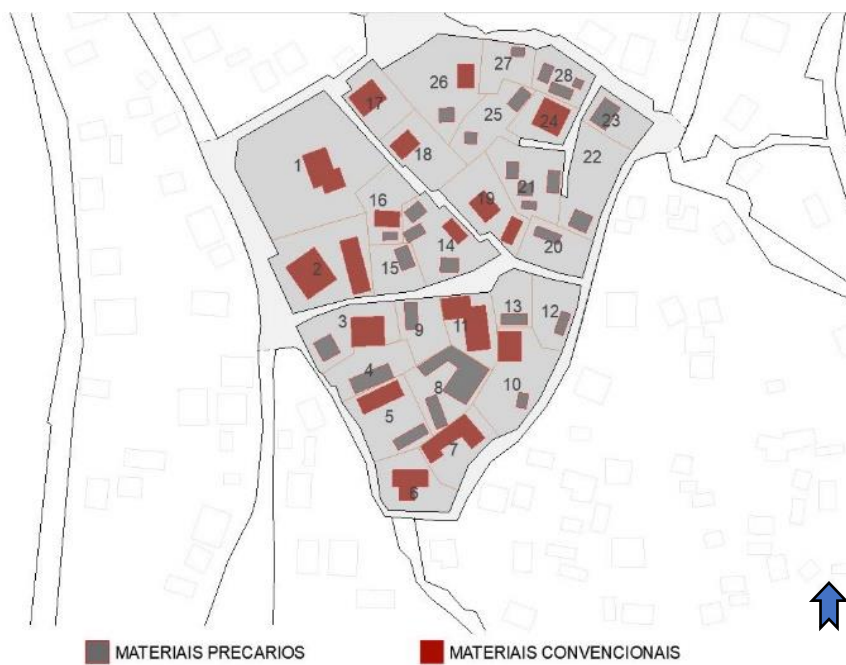
Fonte: Imagem Google Maps 01/2021, Autor (2021)

Figura 24: Acessibilidade aos Lotes na UO-1



Fonte: Autor (2021)

Figura 25: Tipos de materiais de construção UO-1



Fonte: Autor (2021)

- **Projeto de intervenção prioritária (Cenário a curto prazo)**

A intervenção prioritária deverá permitir alcançar uma melhoria das condições urbanísticas a curto prazo.

As operações de realinhamento dos limites dos lotes e o alargamento das ruas deverão resultar em:

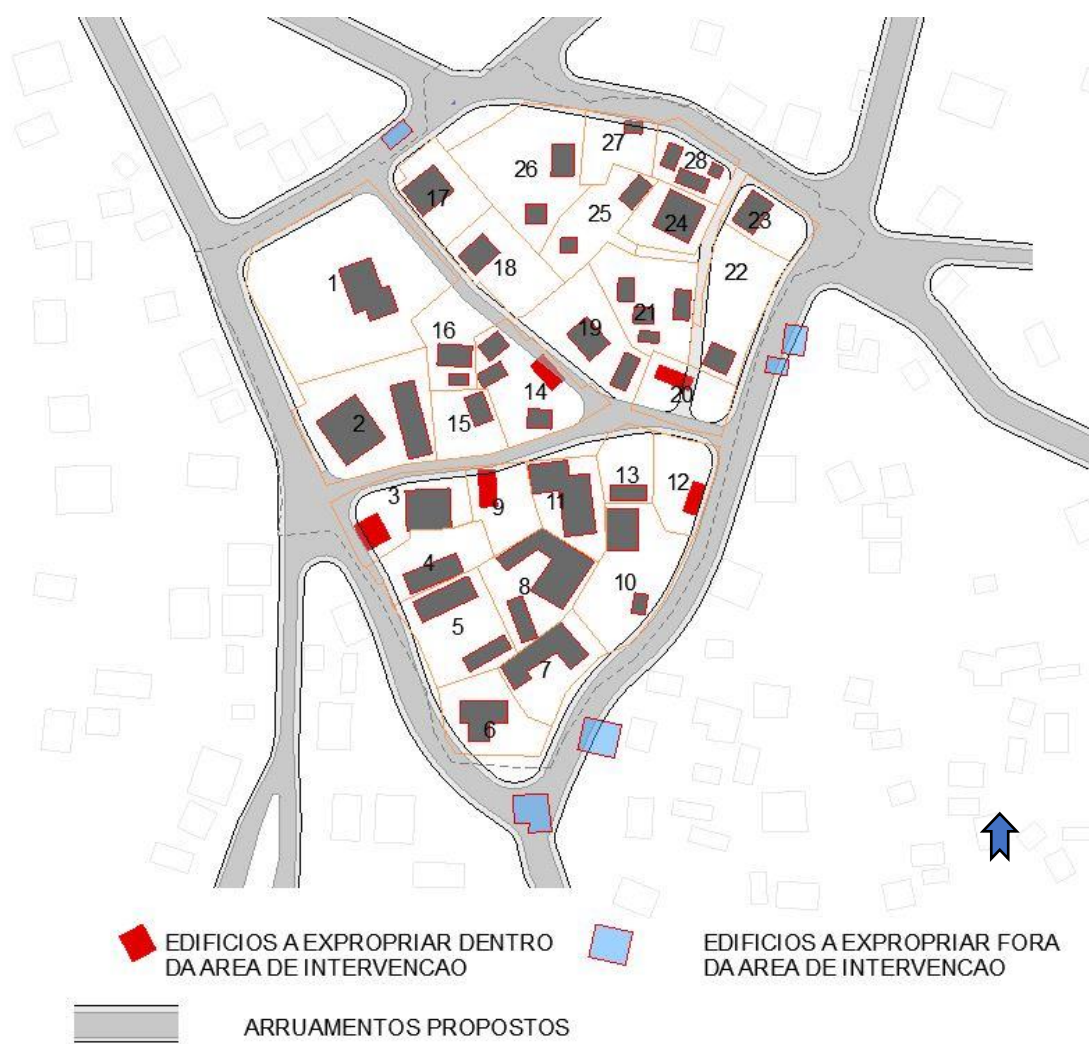
- Alargamento das ruas circundantes: Largura final 9 metros, com 6 metros para faixa de circulação automóvel e 3 metros para passeios para peões.

- Alargamento das ruas no interior da área de intervenção: Largura final 4.5 metros, com 3 metros para faixa de circulação automóvel e 1.5 metros para passeios para peões.

- Construção de residência para 10 famílias cujos edifícios serão eliminados pelo novo traçado das ruas.

As novas residências serão construídas dentro da área de intervenção.

Figura 26: Planta da situação proposta UO-1(Novo traçado das ruas)



Fonte: Autor (2021)

- **Cenário proposto a médio prazo (ações a integrar no Programa de Regeneração Urbana)**

No ponto anterior é exposto PIP a executar imediatamente ou a curto prazo, cujos resultados previstos são a melhoria das condições urbanísticas básicas e criação de condições para o alcance dos objetivos de desenvolvimento urbano de médio prazo. Para contribuir para o Programa de Regeneração Urbana, apresenta-se a seguir uma proposta de transformação urbana a médio prazo da UO -1.

A proposta a seguir exposta objetiva (re)direcionar a transformação urbana da UO-1. Propõe-se um esquema de reordenamento dos lotes, e estabelecimento regras de ocupação do solo, apresentados nas figuras 27 e 28 respetivamente.

Espera-se que as melhorias urbanísticas resultantes dos PIP tornem a área intervencionada atrativa para investimentos imobiliários, o que potencia processos de gentrificação, onde as habitações precárias, atividades económicas e pessoas com renda baixa poderão ser substituídas, por edificações convencionais, negócios e pessoas com rendimentos relativamente mais altos.

Com esta proposta, intenta-se contribuir com medidas para regular este processo de transformação, prevenindo uma futura urbanização irregular, e potenciar benefícios do processo de gentrificação, onde os interesses das camadas sociais menos favorecidas não sejam marginalizados (Macucule, 2015).

Para o reordenamento dos lotes, são criados grupos de negociação, ou seja, grupos de famílias que possam vir a ser inseridas num mesmo lote depois da intervenção de reconfiguração dos lotes (Macucule, 2015). A iniciativa privada ou outro parceiro interessado, poderá edificar em cada um dos novos lotes propostos, devendo negociar com as famílias que pertencem ao grupo de negociação deste mesmo lote. As autoridades locais são responsáveis pela mediação destas negociações, preservando os interesses e direitos das famílias abrangidas.

Figura 27: Grupos de Negociação UO-1 (programa de Regeneração Urbana)



Fonte: Autor (2021)

Figura 28: Urbanização completa UO-1 (Objetivo a médio prazo do programa de Regeneração)



Fonte: Autor (2021)

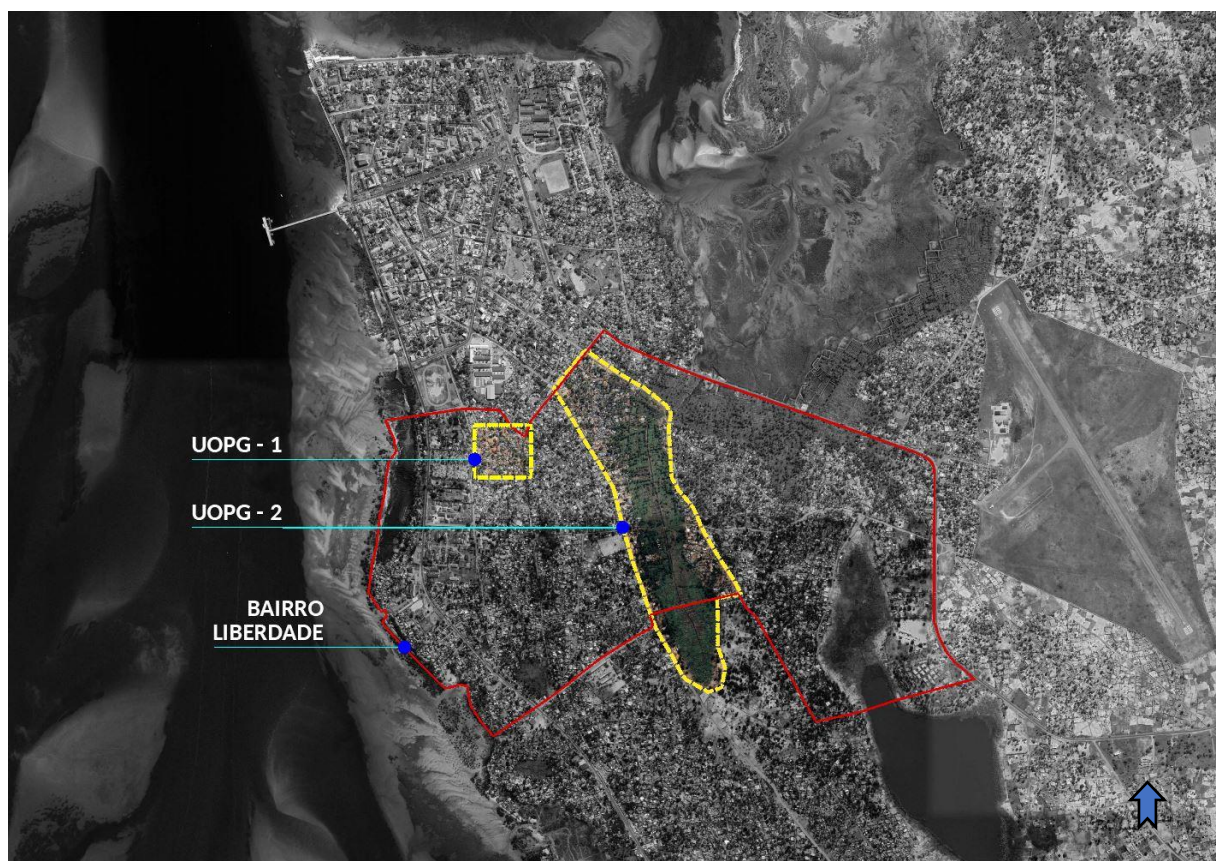
O objetivo a médio prazo é uma transformação da qualidade urbanística e das condições de vida dos moradores. As autoridades locais ou entidade de gestão promovem e intermediam o processo, atraindo e facultando o investimento privado. Devendo ser compatibilizados os interesses e o direito dos moradores de continuarem a viver na área de intervenção, assim como os interesses económicos dos investidores.

7.3.2. Proposta de intervenção na área do Mangal – UO - 2

A UO-2 compreende parte da área do mangal, considerado um habitat natural sensível com grande importância para a manutenção da biodiversidade marinha. Segundo a Lei de Terras (Lei n. 19/97 de 1 de Outubro) e a Lei de Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica (Lei n. 5/2017 de 11 de Maio), estas áreas são de proteção à biodiversidade, devendo ser isentas de atos nocivos ao ambiente, exploração florestal, deposição de resíduos sólidos, descarga de efluentes não tratados e outras atividades que possam alterar negativamente as características naturais destas áreas.

A área do mangal que se propõe intervencionar tem sofrido elevada pressão humana, resultante do desenvolvimento urbano, prática da agricultura, exploração de material para produção de carvão vegetal e estacas para construção.

Figura 29: Localização da UO-2

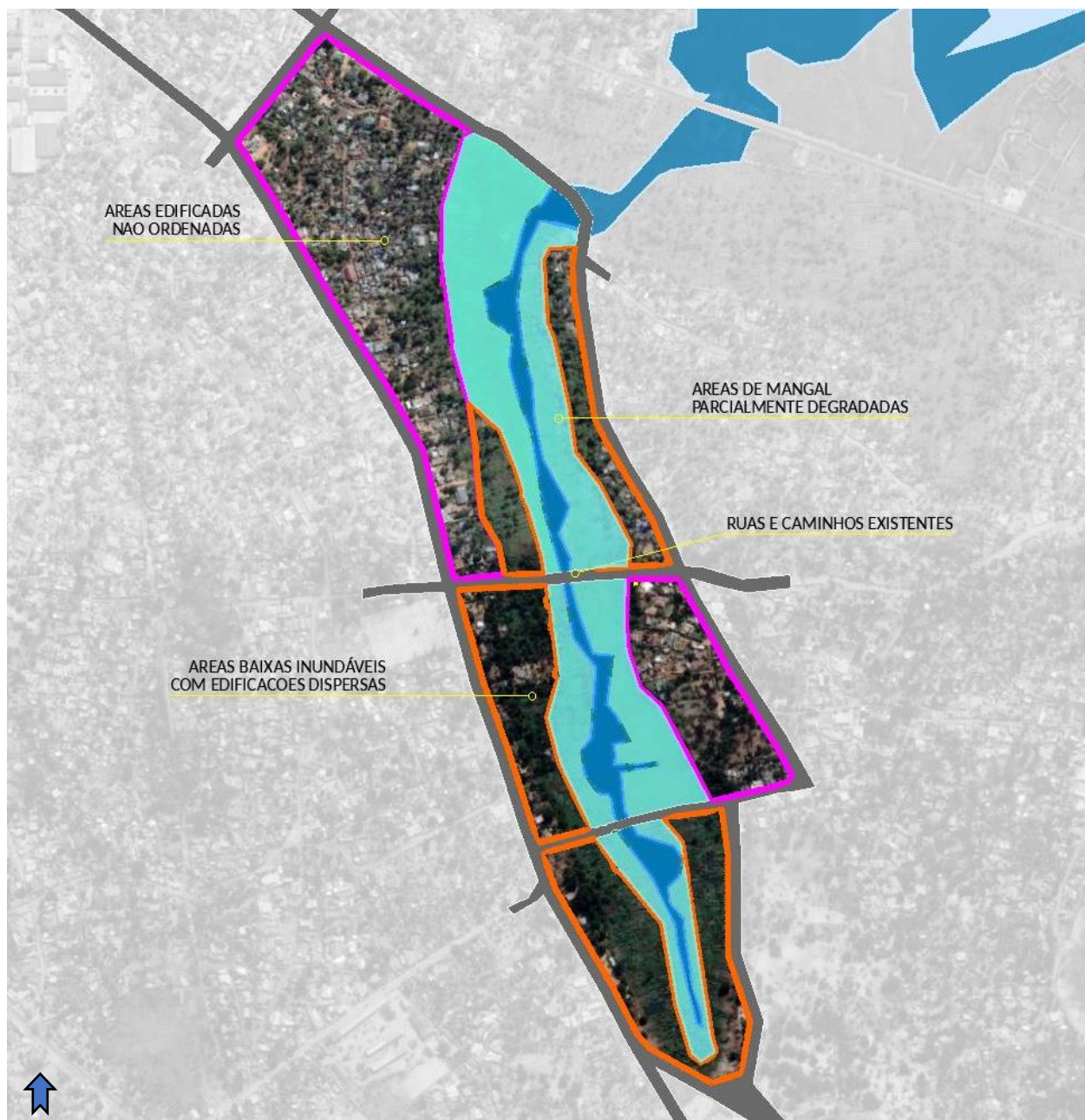


Fonte: Imagem Google Maps 01/2021, Autor (2021)

Os mangais são ecossistemas que prestam serviços importantes para o desenvolvimento da região. Devido à sua posição entre a terra e o mar, as competências para a sua gestão sustentável são partilhadas pelo município e as instituições provinciais e nacionais que superintendem o sector do

ambiente, terra, água, florestas, mar e pescas. Um interveniente importante para a manutenção do mangal é a comunidade local, que deve ser mobilizada a participar ativamente na intervenção.

Figura 30: Situação atual UO-2

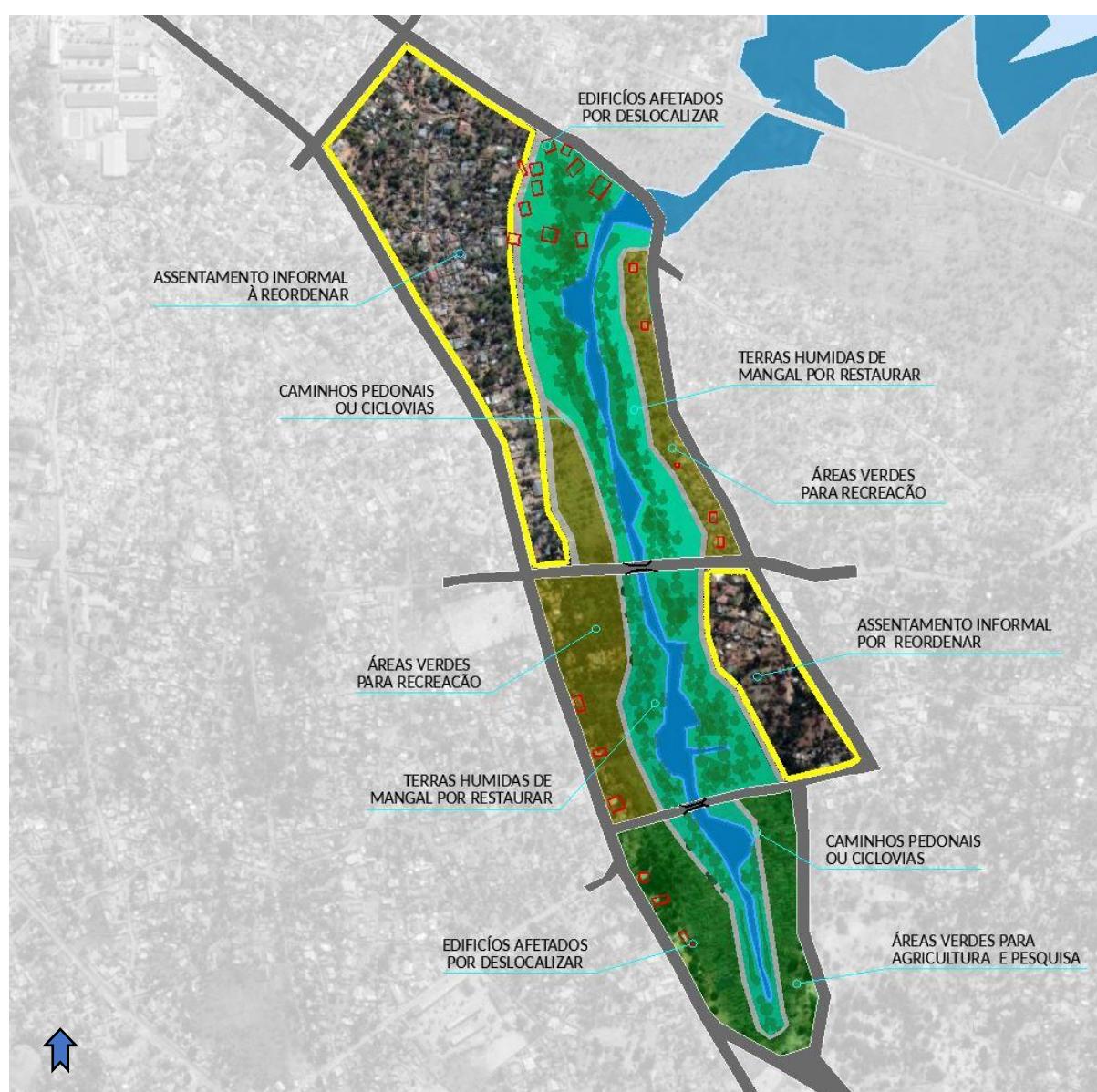


Fonte: Imagem Google Maps 01/2021, Autor (2021)

A intervenção nesta área visa estabelecer medidas para travar a progressiva tendência de degradação do mangal e integrar adequadamente a área na paisagem urbana, favorecendo usos recreativos, de pesquisa e de turismo. As ações sobre esta área devem contribuir para:

- Delimitar as áreas/zonas segundo as suas características e aptidões para determinadas atividades (criar limites físicos, como caminhos pedonais ou ciclovias);
- Repor a cobertura vegetal nativa perdida e desobstruir as linhas de águas assoreadas por excessiva acumulação de sedimentos;
- Deslocalizar as construções nas áreas de risco ou protegidas;
- Melhorar a paisagem verde e criar caminhos pedonais e ciclovias, mobiliário e equipamentos de recreação compatíveis com a proteção e sustentabilidade da área do mangal;
- Delimitar as áreas suscetíveis de aproveitamento para a prática de agricultura urbana.

Figura 31: Proposta de intervenção prioritária na UO - 2



Fonte: Imagem Google Maps 01/2021, Autor (2021)

Assentamento Informal a Reordenar – áreas não ordenadas de ocupação espontânea próximas das áreas de mangal, propõe-se reordenar a malha urbana, implantar infraestruturas, particularmente sistemas de drenagem de águas pluviais para prevenir inundações. Potenciar uma integração física e socioeconómica desta área com as áreas verdes desta UO e com o resto da cidade. Criar condições para acomodar e integrar nesta área, as famílias deslocalizadas das áreas de risco.

Áreas verdes para agricultura e pesquisa – áreas onde já existem explorações agrícolas, devendo ser mantidas e redistribuídas por forma a favorecer usos coletivos de agricultura urbana. Nestas áreas

não serão atribuídos títulos de propriedade (DUAT) nem admitidas construções, com exceção de infraestruturas de apoio à atividade agrícola e de pesquisa.

Áreas verdes para recreação – são áreas com arborização natural, próximas das áreas húmidas, propõe se ações para a sua manutenção e execução de arranjos paisagísticos favoráveis à proteção da qualidade ambiental assim como para atividades de lazer e contemplação. Propõe se que sejam implantadas infraestruturas para a recreação, particularmente caminhos pedonais e ciclovias, mobiliário urbano, e alguma atividade económica compatível com proteção ambiental e capaz de gerar rendimentos que possam apoiar a manutenção destas áreas.

Terras húmidas de mangal – estas áreas serão sujeitas a programas específicos de gestão e restauração de mangais, com base em metodologias desenvolvidas para o efeito, envolvendo os sectores e partes interessadas, incluindo as comunidades locais que devem ter um papel chave na conservação e uso sustentável dos seus recursos.

A intervenção deverá contribuir para melhorar a consciência ambiental e o valor do mangal e recursos associados incluindo serviços do ecossistema para a segurança e bem estar social. O programa deve prever atividades educativas e de sensibilização, para que os cidadãos compreendam a importância ecológica, económica e social do mangal, e sobretudo para que possam participar ativamente na sua conservação e gestão sustentável.

CONCLUSÕES

Os programas de Regeneração Urbana têm estado a destacar se entre as práticas correntes de Planeamento Urbano, embora em termos conceituais, não haja ainda um quadro teórico consolidado, ou uma definição universalmente aceite, há em varias cidades exemplos de intervenção cuja abordagem alinha se com as principais características da Regeneração Urbana . Estas intervenções diferem das outras formas de planeamento urbano, pela natureza das suas abordagens, com forte caracter holístico em relação aos aspetos que tratam, indo para além da mera renovação do tecido edificado, abordam um largo espectro de dimensões, para potenciar a qualidade urbanística de uma área, revitalizar as funções urbanas e capitalizar os valores socioeconómicos e ambientais.

No contexto das cidades fortemente afetadas pelo alastramento de assentamentos informais, que é o caso da maior parte das cidades moçambicanas, a Regeneração Urbana poderá contribuir para, (primeiro), melhorar o aproveitamento do solo urbano já ocupado, pela intensificação do uso do solo; (segundo) melhorar a oferta de serviços e infraestruturas acessíveis, em resultando do aumento da intensidade do uso, (terceiro) travar a expansão e dispersão excessiva das cidades, através de esquemas para oferta de soluções diversificadas de habitação nas áreas mais centralizadas da cidade, (quarto) melhorar as condições de acesso à educação, saúde, emprego, melhor qualidade urbanística e ambiental para todos.

No município de Inhambane, como em outros, a capacidade técnica é deficitária, mas mais agravante ainda é a deficiente organização administrativa, e a (fraca) consciência institucional sobre a gestão do território. O maior desafio das cidades moçambicanas é a capacidade de se adaptarem a um processo de crescimento muito acelerado. As políticas urbanas e as praticas de planeamento devem se *reinventar* para acomodar as necessidades reais dos territórios, recursos, atividades económicas, tecnologias e das pessoas e suas relações. As autarquias e instituições intervenientes na gestão do território devem ser fortalecidas e capacitadas para atuar na resolução dos problemas urbanos mais imediatos, e implementar ações programáticas.

Abordagens e metodologias que valorizam as capacidades locais, participação, parcerias e cooperação, melhoram as possibilidades dos programas e planos passarem de meros documentos formais em arquivos, para intervenções e resolução de problemas reais de forma duradoira, especialmente em contextos de múltiplas carências, tanto do território como das autarquias e instituições que os devem administrar.

As autarquias devem conceber e usar guiões de intervenção no território, e nos assentamentos informais em particular, com processos e procedimentos claros e adequados a realidade e necessidades das áreas urbanas e das capacidades técnicas e recursos disponíveis para a intervenção. Os Planos de Estrutura Urbana e outros instrumentos de carácter estratégico, que tem sido onde mais recursos se aplicam para sua elaboração, devem ser verossímeis e a sua aplicação rigorosa. As determinações estabelecidas pelos Planos de Estrutura devem traduzir se em planos de detalhe alinhados com os planos de atividade e orçamentos do município.

A estratégia de intervenção nos assentamentos informais, aprovada pelo governo, insta à criação de uma instituição ou comissão de assistência aos municípios nas matérias de gestão territorial. A sua criação deverá contribuir para (primeiro) melhorar a capacidade técnica e a organização administrativa dos municípios no planeamento urbano; (segundo) apoiar a cooperação intermunicipal e internacional, para complementaridade técnica, partilha de experiência, conhecimentos, tecnologias; (terceiro) assegurar supervisão e assistência especializada no planeamento urbano, e compilação e gestão do conhecimento gerado na implementação de varias experiências de intervenção.

A execução de obras prioritárias favorece a correção de problemas mais urgentes do assentamento informal e a criação de condições de base para a implementação de programas de Regeneração Urbana. Deve ter sempre em conta o risco de gentrificação e de deslocalização excessiva das populações. Para prevenir a ocorrência destes fenómenos, o programa deve antever medidas para o efeito. A gestão compartilhada, onde os moradores fazem parte da estrutura de tomada de decisão, e identificam se com o território e as transformações que nele ocorrem, é um fator importante para a apropriação do plano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anjo, Ana (2009) A reabilitação de Áreas Urbanas "Informais" em Moçambique [Report]. - [s.l.] : Universidade de Aveiro.

António, Milousa Ibraimo (2019) Sustentabilidade em bairros autoproduzidos de baixa renda. Abordagem focada no espaço colectivo. O caso de George Dimitrov e Bagamoio em Maputo [Report] : Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território / Universidade Nova de Lisboa.

Araujo, Manuel G. Mendes de (2003) Os espaços Urbanos em Moçambique, GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 14, p165-182. [Report].

Azevedo, Helsio Amiro (2014) A segurança em Territórios Turísticos: o caso do Município de Inhambane em Moçambique, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Geografia na área de concentração em natureza e produção do espaço e na linha de pesquisa de dinâmica socioespacial. - Goiania-
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4130>

Baloi, Jochua Abrão (2019) O impacto da Requalificação Urbana na Governação Municipal: Uma análise a partir de Moçambique. <https://alacip.org/cong19/28-baloi-19.pdf>

Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial (2017) República de Moçambique Pobreza Urbana e Crescimento Inclusivo em Maputo [Report].

Banco Mundial & Forjaz Associate Architects (2008) Urbanization and Municipal Development in Mozambique, Chapter 6 - Urban Land Management and Low Income Housing Study [Report].

Carrilho, Júlio and Lage Luís (2010) Desafios no domínio da habitação [Article] // Desafios para Moçambique 2010. - Maputo : IESE, p319-322.

Castanheira, Guilherme Silveira (2013) Estratégias de Intervenção para a Regeneração Urbana Sustentável [Book]. - Universidade do Minho, Dissertação de Mestrado Construção e Reabilitação Sustentáveis : [s.n.].

CGLU-Cidades e Governos Locais Unidos (2015) A cooperação descentralizada para democratizar a cidade. Projeto de melhoria das capacidades de autoridades locais de Brasil e Moçambique como actores da cooperação descentralizada [Report] . [libro_expo_brasil_moz-port-web.pdf \(uclg.org\)](#)

Cistac, Gilles (2012) MOÇAMBIQUE: Institucionalização, organização e problemas do poder local, Curso de Pós-graduação em Direito Municipal Comparado dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Módulo II (Jornadas de Direito Municipal Comparado Lusófono), Lisboa, abril de 2012 Cistac-Gilles-Institucionalizacao-organizacao-e-problemas-do-poder-local.pdf (ulisboa.pt)

CMI-Conselho Municipal de Inhambane (2013) Plano de Estrutura Urbana de Inhambane.

CMM, Conselho Municipal de Maputo (2016a) Manual Metodológico de intervenção integrada em assentamentos informais [Report]. - Maputo : [s.n..]

- CMM, Conselho Municipal de Maputo (2016b)** Projecto "Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo C" [Report].
- Couch, Chris (2003)** Urban Regeneration in Europe [Book]. - [s.l.] : Oxford : Blackwell Science Ltd.
- Engelbrecht, C (2004)** People and Places: An Overview of Urban Renewal - South Africa [Report]. - [s.l.] : South African Cities Network and cities alliance.
- Fernando, Mamerto (2013)** Políticas do turismo e a sustentabilidade socioambiental em Moçambique: A experiência das áreas prioritárias para o investimento turístico e seus impactos no Município de Inhambane, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba em Cumprimento às exigências para obtenção de grau de mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. - João Pessoa - http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_45c5ef77818d19cbb074908853672455
- Filani, Michael O. (2012)** The Changing Face of Lagos [Report]. - [s.l.] : Cities Alliance.
- Forjaz, José; Carilho Julio and Lage Luís (2006)** Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção [Report].
- Furlan, Raffaello and Faggion, Laura (2015)** The Development of Vital Precincts in Doha: Urban Regeneration and Socio-Cultural Factors [Book].
- Godet, Michel et al. (S/data)** A "Caixa de Ferramentas" da Prospectiva Estratégica, Lisboa: CEPES.
- Igreja, João Francisco Santos (2016)** Estratégias na Regeneração Urbana: Uma nova metodologia [Report] : Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Engenharia Civil . - Lisboa : [s.n.].
- IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2018)** Desafios para Moçambique [Report] .
- INE** Resultados Definitivos do CENSO 2017 [Report]. - Maputo : INE.
- Jones, Phil and Evans, James (2013)** Urban Regeneration in UK [Book]. - London : SAGE. - Vol. 2.
- Lakatos, Eva Maria e Marconi, Maria de Andrade (2005)** Fundamentos de metodologia Científica. São Paulo: Editora Atlas S.A. - 5ª Edição.
- Lipietz, Barbara (2004)** Muddling-through': urban regeneration in Johannesburg's inner city [Conference] // N-Aerus Annual Conference. - Barcelona : [s.n.].
- Macucule, Domingos Augusto (2015)** Processo-Forma Urbana: restauração urbana e governança no Grande Maputo [Report] : Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial especialização em Planeamento e Ordenamento do Território / Geografia e Planeamento Regional ; Universidade Nova de Lisboa. - Lisboa : [s.n.].
- Maloa, Joaquim and Júnior, Lindberg Nascimento(2018)** A Dispersão Urbana em Moçambique: Uma contribuição ao estudo da Produção Urbana em Maputo [Report]. .
- Martins, Maria de Fátima and Cândido, Gesinaldo Ataíde (2015)** Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade Urbana: Os desafios do processo de Mensuração, Análise e Monitoramento [Article] // ResearchGate. - August .

- Mazembe, Albino (2016)** Habitat III - Relatório Nacional de Moçambique [Report]. .
- Mendes, Luís (2013)** A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo [Article] // Revista Brasileira de Gestão Urbana. Vol. 5. p.33-45.
- MICOA-Ministério para Coordenação Ambiental (2011)** Estratégia de Intervenção em Assentamentos Informais em Moçambique
- MIMAIP - Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (2018)** Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Gestão do Mangal em Moçambique 2018-2023 .
- Morais, João Sousa (2001)** Maputo - Património da Estrutura e Forma Urbana [Book].
- Moreira, Graça (2007)** Requalificação Urbana - Alguns Conceitos Básicos [Book Section] // Artitextos . Nº 5, Dezembro, 117-129.
- Morontse, Suzan Priscilla (2010)** The Impact of Urban Renewal Projects for enhanced Sustainable Livelihoods in Soweto [Report].
- Muacuveia, Reginaldo Moreno (2019)** Urbanização Contemporânea em Moçambique: Papel dos Instrumentos de Planeamento Urbano na Ocupação do Espaço - Tese de Doutoramento apresentada ao Programa PósGraduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial obrigatório para obtenção do título de Doutor em Geografia
- Negrão, José (2004)** Mercado de terras urbanas em Moçambique [Report] Instituto de Investigação para o Desenvolvimento.
- Orea, D. Gómez (2008)** *Ordenación Territorial*, Madrid: Ediciones Mundi-Prensa/Editorial Agrícola Española, S.A., 2ª Ed.
- ONU - Organização das Nações Unidas (2016)** Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/ods_2edicao_web_pages.pdf
- Peixoto, Paulo (2009)** Requalificação Urbana [Book Section] // Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos / book auth. Fortuna Carlos e Leite, Rogério Proença (Org.). Coimbra : Edições Almeida. SA, p 41-52.
- Pordata - Base de Dados Portugal Contemporâneo (2021)** Despesas efectivas das câmaras municipais per capita: total, correntes e de capital, Consultado a 06/01/2021, disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Despesas+efectivas+das+c%C3%A2maras+municipais+per+capita+total++correntes+e+de+capital-558>
- Raposo, Isabel (2010)** Explosão urbana em África [Article] // JANUS 2010 anuário de relações exteriores. p184-185.
- Roberts, Peter; Sykes, Hugh and Granger, Rachel (2017)** Urban Regeneration [Book]. SAGE Publications - 2Ed.
- Salgueiro, Teresa Barata (1992)** A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana [Book]. - Porto : Afrontamento

Santos, Marcos Olímpio (2012) Texto de apoio sobre o diagnóstico em processos de intervenção social e desenvolvimento local -2012. Consultado a 28/11/2018, disponível em: http://home.uevora.pt/~mosantos/download/Diagnostico_10Ag12.pdf

Tallon, Andrew (2010) Urban Regeneration in the UK [Book]. - Oxon: Routledge- Vol. 1.

Temelová, Jena (2009) Urban revitalization in central and inner parts of (post-socialist) cities: conditions and consequences [Book Section] // Regenerating urban Core. p12-25.

Trigal, Lorenzo López (2015) Dicionario de Geografia aplicada y profesional - Terminología de análisis, planificación y gestion del territorio. Universidade de León

UN-HABITAT (2006) Guidelines for Participatory Local Development Planning. [https://www.gfdr.org/sites/default/files/documents/Participatory%20planning%20guidelines%20\(Eng\).pdf](https://www.gfdr.org/sites/default/files/documents/Participatory%20planning%20guidelines%20(Eng).pdf)

UN-HABITAT (2012) Focus on Mozambique - A decade experimenting disaster risk reduction strategies.

UN-HABITAT (2016a) Urbanization and development: Emerging futures - World Cities Report [Report]. - [s.l.] : Organização das Nações Unidas. [WCR-2016-WEB.pdf \(unhabitat.org\)](#)

UN-HABITAT (2016b) Nova Agenda Urbana [NUA-Portuguese.pdf \(habitat3.org\)](#)

UN-HABITAT (2019) ANUAL PROGRESS REPORT [Report].

Unit World Bank - Mozambique – Country Management (2017) Accelerating Urbanization to Support Structural Transformation in Mozambique [Report].

Vosgueritchian, Andrea Bazarian (2015) Infraestruturas e Projectos de Regeneração Urbana [Book]. - São Paulo : [s.n.]

Walters, Bernard and Nixon Fredrick (2017) Suplemento do Relatório sobre o Estado da População Mundial [Report].

LEGISLAÇÃO

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, **Constituição da República**, 2004. Boletim da República nº 51, I Série.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, **Lei de Finanças Municipais**. Lei nº 11/97 de 31 de Maio. Boletim da República n.º 22. I Série.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, **Política de Ordenamento do Território**. Resolução nº 18/2007 de 30 de maio. Boletim da República nº22, I Série.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, **Lei de Ordenamento do Território**. Lei nº 19/2007 de 18 de julho. Boletim da República nº 29, I Série.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, **Regulamento da Lei de Ordenamento do Território**. Decreto nº 23/2008 de 1 de julho. Boletim da República nº26, I Série.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, **Lei de Terras**. Decreto-Lei nº 19/1997 de 1 de outubro (revoga as Leis nº 6/79, e 1/86, de 3 de julho e 16 de abril, respetivamente). Boletim da República nº 40, I Série.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, **Regulamento da Lei de Terras**. Decreto-Lei nº 66/98 de 8 de dezembro. Boletim da República nº 48, I Série.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, **Regulamento do Solo Urbano**. Decreto nº 60/2006 de 26 de dezembro. Boletim da República nº 51, I Série.